



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
MONOGRAFIA

**LUIZ HENRIQUE RODRIGUES**

**TRANSMISSÃO CULTURAL E MERCANTILIZAÇÃO: UMA ETNOGRAFIA  
DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PANEIS DE BARRO PELAS  
PANELEIRAS DE GOIABEIRAS**

Vitória  
2011

LUIZ HENRIQUE RODRIGUES

**TRANSMISSÃO CULTURAL E MERCANTILIZAÇÃO: UMA ETNOGRAFIA  
DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PANEIS DE BARRO PELAS  
PANELEIRAS DE GOIABEIRAS**

Essa monografia é trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Professor orientador: Osvaldo Martins de Oliveira

Vitória  
2011

## SUMÁRIO

RESUMO .....	p. 05
INTRODUÇÃO .....	p. 05
JUSTIFICATIVA .....	p. 07
HIPÓTESE .....	p. 07
REFERENCIAL TEÓRICO .....	p. 08
METODOLOGIA .....	p. 12
CAPÍTULO 1 – Cerâmica Indígena: Referências Arqueológicas e Documentais das Painéis De Barro .....	p. 14
CAPÍTULO 2 – Memória, Metáforas e Narrativas Míticas .....	p. 16
CAPÍTULO 3 – Relações Sociais e Transformações na Produção das Painéis .....	p. 19
3.1 Divisão Social do Trabalho e Etapas da Produção .....	p. 20
3.2 A Totalidade dos Saberes Tradicionais e Sua Fragmentação .....	p. 23
CAPÍTULO 4 – A Criação da Associação das Paineladoras .....	p. 25
CAPÍTULO 5 – A Comercialização das Painéis .....	p. 27
CAPÍTULO 6 – O Reconhecimento do Ofício de Fazer Painéis Como Patrimônio Cultural Brasileiro .....	p. 30
CONCLUSÃO .....	p. 34
REFERÊNCIAS .....	p. 37
ANEXOS	
Anexo 1	
Roteiro do Trabalho Desenvolvido no Campo .....	p. 40

Anexo 2	
Roteiro de Perguntas Para as Entrevistas .....	p. 42
Anexo 3	
Análise das Entrevistas .....	p. 44
Anexo 4	
Decreto nº 3.551, de 04 de Agosto de 2000 .....	p. 68
Anexo 5	
Processo de Registro de Patrimônio Imaterial “Ofício Das Paneleiras De Goiabeiras” .....	p. 71

# **TRANSMISSÃO CULTURAL E MERCANTILIZAÇÃO: UMA ETNOGRAFIA DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PANEIAS DE BARRO PELAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS**

## **RESUMO**

Este artigo procura analisar a história das relações sociais da produção das Paneias de Barro de Goiabeiras junto ao grupo de artesãs conhecidas como “As Paneleiras de Goiabeiras”. Este trabalho debaterá o processo histórico, econômico e político da comercialização da paneia de barro, um utensílio ícone da cultura capixaba. Descreverei e analisarei também o processo político de criação e organização da Associação das Paneleiras de Goiabeiras e suas relações com as instituições públicas e privadas. Por fim, tratará do reconhecimento do Ofício de Fazer Paneia como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Palavras Chaves: Paneleiras, Paneias de Barro, Memória, Saberes Tradicionais e Patrimônio cultural

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo geral deste trabalho é procurar analisar a história das relações sociais de produção que envolve o processo de fabricação das Paneias de Barro de Goiabeiras desenvolvido pelo grupo de artesãs conhecidas como “As Paneleiras de Goiabeiras” na comunidade de Goiabeiras Velha. E como objetivos específicos, procura analisar os seguintes processos: de distribuição e divisão social do trabalho; da comercialização da paneia de barro de Goiabeiras; da criação e organização política da Associação das Paneleiras de Goiabeiras e o processo do reconhecimento do Ofício de Fazer Paneia como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Goiabeiras Velha é uma comunidade localizada a beira do manguezal próximo a grandes conglomerados industriais e imobiliários no município de Vitória no litoral do Espírito Santo e seus moradores habitam a localidade há muitos anos e apresentam traços físicos próprios da miscigenação entre as três etnias que, predominantemente,

ocuparam essa região dès do início da ocupação portuguesa. Mais do que descendência genética a comunidade traz consigo a tradição de confeccionar – como as comunidades indígenas faziam – a cerâmica de utilidade doméstica, antes usadas para torrar farinha e hoje conhecida como panela de barro. Tal tradição deu às mulheres desse lugar o codinome de Paneleiras de Goiabeiras.

As Paneleiras de Goiabeiras são artesãs ceramistas, divididas em várias famílias de nomes tradicionais dentro da comunidade, que produzem os utensílios domésticos conhecidos como Panoelas de Barro de Goiabeiras. Este ofício, de fazer panoelas de barro em Goiabeiras Velha, devido ao fato de manter quase intacta a sua originalidade e ter se tornado um dos ícones da expressão cultural do povo capixaba, foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro em 2002 inaugurando o Livro de Registro dos Saberes que é instrumento de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural criado a parti do Decreto 3.551/2000 o qual instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

A obtenção das peças cerâmicas envolve muitas atividades distribuídas em várias etapas que são desenvolvidas por mulheres, homens e crianças cada um com o seu respectivo trabalho. No entanto, cabe aos homens, prioritariamente, a extração do barro e a retirada da casca do mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), espécie nativa do manguezal que margeia a localidade, para a obtenção da tinta – tanino – que proporciona a coloração preta e a impermeabilidade das panoelas; as mulheres desenvolvem a modelagem com as mãos e a queima assim como a aplicação do tanino e às crianças cabe o papel de brincarem de fazer panoelas ajudando as avós, mães e/ou tias absorvendo o conhecimento das técnicas e se tornam novas paneleiras assegurando dessa forma a continuidade do repasse e a re-invenção da tradição.

Assim, sendo as panoelas de barro de Goiabeiras Velha, produtos cerâmicos produzidos tradicionalmente com as mãos sem ajuda de quaisquer ferramentas industrializadas, conhecidas em todo território brasileiro e em outros países como um dos ícones que constituem a cultura capixaba, acabaram sendo muito exaltadas pelos agentes públicos e privados promotores da indústria turística, fazendo com que as panoelas se tornassem utensílios indispensável nas cozinhas dos restaurantes e bares que se especializaram em

servir frutos do mar, principalmente, a moqueca e a torta capixaba. Também se tornaram peça obrigatória nas bagagens dos turistas que gostam de adquirir as panelas tanto para utilizá-las como para presentear.

## **JUSTIFICATIVA**

Entretanto quando se fala dessa cultura, em particular, o quadro apresentado transmite a impressão de uma harmonia e equilíbrio social permanente e inabalável; as relações de produção acabam não sendo matizadas e as diversidades existentes entre os membros dos grupos não são percebidas, assim, os conflitos e as divergências existentes não são analisadas, talvez por receio de rasurar a obra prima cultural em que se tornaram as paneleiras de goiabeiras e suas afamadas panelas de barro.

Analisar as relações de produção que envolve a produção desse bem cultural imaterial brasileiro é de fundamental importância para que possamos compreender as estruturas e dinâmicas que mantêm viva essa arte milenar. Pois a partir desse conhecimento será possível pensar ações que possam salvaguardar não só o produto cultural e seus produtores, como também preservar a tradição ao mais próximo da originalidade tendo em vista que as matérias-primas podem se extinguir devido não serem renováveis.

## **HIPOTESE**

Partindo da hipótese de que as relações de produção desenvolvidas no processo de fabricação das panelas vão além da obtenção do produto final, perpassando pelas relações afetivas de parentesco dado que os integrantes dessa comunidade interagem e se relacionam direta e indiretamente por laços familiares ou amigáveis; pela relação de exploração de mão-de-obra tendo em vista que algumas paneleiras ou artesãos remuneram pessoas, até mesmo de fora da comunidade, para executar algumas das etapas de produção; pela coisificação da mercadoria uma vez que a panela deixou de ser um utensílio usado apenas por quem a produzia e passou a ser explorada comercialmente; pela lógica mercadologia que exige uma produção, mesmo artesanal, em larga escala e por fim, pela manutenção da tradição por diversas gerações, buscarei tentar compreender e responder a seguinte questão: Como são constituídas tais relações? Para que eu tenha êxito nesse propósito, será necessário identificar historicamente como

surgiu, nessa referida localidade, a tradição de fazer cerâmica; analisar como eram a divisão social do trabalho e as relações sociais de produção no passado confrontando com as atuais; identificar as alterações significativas que ocorram no processo de produção; entender em que momento surge à consciência de comunidade política e analisar sua relação com o poder público e as instituições privadas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO: MEMÓRIA, RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL**

Para analisar a maneira como a tradição de fazer panela de barro foi e é transmitida por gerações até os dias atuais, é preciso compreender como era o modo de produção em tempos passados e de que forma é atualmente. Para melhor explicar os elementos que constituem os modos e as relações sociais de produção (material e imaterial) das panelas de barro, debatarei, também, os conceitos de memória e patrimônio cultural.

Para analisar o passado é preciso remexer as memórias e revirar as lembranças na busca por elementos históricos que ajudem a desvendar o presente. Assim, no sentido de procurar na historicidade do grupo o amálgama que torna essa tradição consistente no tocante a sua durabilidade, permitindo alterações significativas no modo de produção tradicional e re-significando a tradição em patrimônio, busquei no autor Edmund Gordon importância da memória para a manutenção da organização do coletivo; para melhor entender as relações sociais de produção sob a perspectiva marxista recorri às autoras Márcia Oliveira e Tânia Quintaneiro e para sustentar a discussão atual sobre patrimônio cultural dialoguei com Maria Cavalcante e José Gonçalves.

Gordon (1998), no capítulo sobre “A História e Memória Crioula”, diz que a história como memória social oferece um reservatório de símbolos-chaves utilizados no processo diário de uma construção mútua e manutenção de fronteiras de identidade, além de construir um terreno crucial para pensamentos e práticas políticas. Segundo a perspectiva do mesmo autor, que partiu das teorias marxistas, principalmente de Antônio Gramsci, a memória seria a dimensão ideológica ou o bom senso político, que comporia a superestrutura social. Deste modo, a memória deve ser analisada como uma

construção e reconstrução do passado a partir do presente, levando em consideração a posição social, política e os interesses dos atores/narradores envolvidos na pesquisa.

Apoiado sobre essa lógica dos interesses dos narradores, ao fazer entrevistas, pude perceber fatos socioeconômicos e políticos que propiciaram o desenvolvimento de um modo de produção enriquecido com ideologias da modernidade. As memórias relembram tempos em que “as coisas” eram mais difíceis e a produção de panelas de barro era muito mais do hoje, uma atividade de importância básica para a manutenção do sustento familiar, dado que quando os maridos estavam desempregados ou doentes, era a única renda possível. As lembranças contrastam, também, os tempos necessários para a produção devido às condições atuais de extração e transporte da matéria-prima diminuir o tempo gasto nessas etapas e agilizar as etapas seguintes, fazendo com que sempre tenham o produto em estoque.

Segundo a perspectiva teórica de Karl Marx, os homens para fazerem a História precisam estar vivos. Assim sendo, eles desenvolvem formas de produção para satisfazer suas necessidades, no entanto ao produzir tais formas, desenvolvem relações com a natureza e se organizam socialmente estabelecendo relações sociais (OLIVEIRA & QUINTANEIRO, 1996).

A produção de panelas de barro em Goiabeiras é uma atividade, não necessária à satisfação das necessidades de sobrevivência, mas é, sim, de muita importância para o complemento da renda familiar das paneleiras e, ao mesmo tempo, uma tradição transmitida no agrupamento estudado entre várias gerações e que, desde o ano de 2002, recebe estímulos de atores sociais externos para que a produção deste bem cultural não seja interrompida.

Assim, ao produzir este bem cultural as paneleiras desenvolvem relações com a natureza – dado que elas extraem as matérias-primas do solo (jazida de barro) e do manguezal (tinta de tanino) – e se organizam socialmente estabelecendo relações sociais entre mulheres e homens, isto é, relações entre paneleiras/artesãos na troca de serviços; paneleiras/ajudantes na venda de mão-de-obra; paneleiras/fregueses no comércio da mercadoria e paneleiras/Estado, ou seja, as relações políticas que a comunidade

(Associação das Panelleiras de Goiabeiras) desenvolve com os governos Estadual e Municipal.

Seguindo essa perspectiva teórica, busquei nas releituras do materialismo histórico de Marx, feitas por Oliveira e Quintaneiro, subsídios para analisar a produção dos artefatos cerâmicos, bem como para entender o conjunto de forças produtivas e das relações de produção que Marx chama de infra-estrutura de uma sociedade, que é a base sobre a qual se constitui a superestrutura social. Esta, por sua vez, é formada, entre outras coisas, pelas instituições sociais e políticas, pelas regras do direito e da moral, idéias, valores e produção e reprodução de diversos tipos de saberes.

Partindo desta orientação teórica, o trabalho procurou entender a coletividade das panelleiras a partir dos aspectos do processo produtivo e da organização das dimensões imateriais e políticas constituídas de memória, consciência e auto-definição. Para tanto, a análise partiu da descrição etnográfica das lembranças e da observação direta do campo, onde verifiquei a transmissão dos códigos morais, políticos e dos saberes do grupo sobre a produção deste bem cultural.

Com as transformações nos modos de produção tradicionais da panela de barro, para um tipo motivado pelas demandas modernas da produção, tornou-se possível verificar o surgimento de excedentes na produção e mudanças na divisão social do trabalho. Surgiu, assim, panelleiras que acumularam um pequeno excedente de capital, sobretudo o social, visto que conquistaram um número consideravelmente elevado de clientes e conseqüentemente encomendas para entregar. Tais mudanças impulsionaram outras, como a necessidade de contratação informal de ajudantes, isto é, pessoas remuneradas que realizam etapas intermediárias da produção, como alisar e queimar as peças artesanais.

Essas relações sociais de produção – panelleiras e ajudantes – não podem ser configuradas como relações entre classes sociais distintas, no sentido atribuído por Marx entre capitalistas e proletariados, pois a renda média das panelleiras, mesmo as que trabalham no galpão, é muito baixa para os padrões de um capitalista, sendo considerada apenas uma renda complementar para a família. Quanto ao aparecimento de classes sociais, sobretudo nas estruturas capitalistas, Oliveira e Quintaneiro explicam que

Marx reflete sobre o significado da apropriação por não produtores (pessoa, empresa ou Estado) de uma parcela do que é produzido socialmente e define os conceitos de Classe, exploração, opressão e alienação.

E é o surgimento de um excedente da produção que permite a divisão social do trabalho, assim como a apropriação das condições de produção por parte de alguns membros da comunidade, os quais passam, então, a estabelecer algum tipo de direito sobre o produto ou sobre os próprios trabalhadores. Vê-se, portanto, que o aparecimento das classes sociais vincula-se a circunstâncias históricas bem específicas, quais sejam, aquelas em que a criação de um excedente possibilita a apropriação privada das condições de produção. (OLIVEIRA & QUITANEIRO, 1996. p. 78).

Assim sendo, na análise marxista, a desigualdade e o surgimento das classes sociais não são fenômenos naturais e inexoráveis, mas trata-se de algo construído historicamente a partir da apropriação dos meios e do excedente da produção por alguns. Deste modo, as classes sociais surgem na história de diferentes sistemas sociais de produção em decorrência de determinadas relações sociais que se constituíram sob os princípios ideológicos das desigualdades sociais entre os homens.

A divisão social do trabalho que encontrei entre as paneleiras, ao que parece, se coaduna muito mais com uma preocupação em manter e transmitir o patrimônio cultural da panela de barro às futuras gerações, do que com uma perspectiva de mercado preocupada com o excedente e o lucro propriamente dito de uma classe social sobre a outra. As pessoas entrevistadas afirmam que estão dispostas a ensinar o ofício para pessoas que não fazem das famílias tradicionais de paneleiras, desde que estejam dispostas a colaborar com a manutenção e a transmissão da tradição, isto é, com a salvaguarda do patrimônio cultural.

Neste movimento de preocupação com a transmissão cultural, a palavra “patrimônio”, conforme se verifica na literatura especializada, transformou-se numa espécie de “grito de guerra” em diversos contextos nacionais e internacionais. Qualquer espaço de uma cidade, uma estrutura arquitetônica, um monumento, um bairro, festas populares, formas de conhecimento tradicional ou objetos materiais podem ser, de uma hora para

outra, identificados e reivindicados como “patrimônio” por um ou mais grupos sociais. Essas ações envolvem usualmente reivindicações identitárias, fundadas nas experiências sociais de uma memória coletiva ou numa narrativa histórica, mas sempre associadas a interesses muito atuais e precisos de natureza social e econômica. [...] Ao mesmo tempo, segundo a mesma literatura, patrimônio é uma noção chave nas políticas públicas no país e sua incontornável inserção nos discursos institucionais e oficiais configura, por si só um complexo horizonte de questões para a reflexão antropológica. (CAVALCANTE e GONÇALVES, 2010.).

## **METODOLOGIA**

O método usado em campo foi, em boa parte, a observação direta, uma vez que durante o período de um ano acompanhei a vida cotidiana dessa comunidade, elaborando propostas e executando ações, para o Promoart/Iphan, que visam salvaguardar o patrimônio cultural, “Saber Fazer”, em qual se tornou o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras. Os dados analisados foram coletados a partir das atas de reuniões e das conversas informais que eu provocava para passar o tempo quando tinha que esperá-las pra começar uma reunião, ou seja, de entrevistas orais não estruturadas; bem como, também, dados encontrados nos arquivos já publicados.

São poucas as publicações de caráter acadêmico existente, ficando a maior parte encontrada em revistas, jornais periódicos ou publicações específicas do tema folclore ou cultura popular capixaba. As paneleiras ganharam visibilidade como objeto de estudo acadêmico após seu ofício ser reconhecido como patrimônio Cultural Brasileiro, o que me faz pensar assim foi não encontrar nenhuma tese de conclusão de curso, de mestrado ou doutorado datada de antes de 2002<sup>1</sup> ano em que foi registrado o reconhecimento. No entanto, em minha opinião, os textos por mim lidos, embora discutissem muito bem o que se propunham, trazem um sentimento romancista cujo qual fomenta a idéia de que ser padeira é ser guardiã de um dos objetos caracterizadores da cultura do povo capixaba, do qual tentarei fugir buscando fazer uma análise mais sociológica e menos

---

<sup>1</sup> PEROTA, Celso. Reservas Etnovistas, Poblaciones Tradicionales y Sostenibilidad Del Turismo em Brasil. Universidad de Lãs Palmas de Gran Canaria – Departamento de Geografia – Programa de doctorado: Turismo y sostenibilidad. 2002.

jornalística das relações sociais que envolvem a produção da panela e seu simbolismo como ícone cultural.

A estrutura se apresenta dividida em seis capítulos, na qual o primeiro capítulo, Cerâmica Indígena: Referências Arqueológicas e Documentais das Pannels de Barro, faz uma análise histórica do surgimento da tradição de fazer cerâmica no litoral capixaba pelas comunidades indígenas até a apropriação das técnicas por parte dos miscigenados residentes na região hoje conhecida como Goiabeiras Velha; em seguida o segundo capítulo intitulado Memória, Metáforas e Narrativas Míticas busca descrever segundo as narrativas das paneleiras mais antigas, como era as relações de solidariedade entre núcleos familiares, quais as crenças que envolviam a extração do barro, como era feito o transporte das matérias-primas para as residências e das pannels, já prontas, para o incipiente mercado capixaba da primeira metade do século XX.

O terceiro capítulo aborda as Relações Sociais e Transformações na Produção das Pannels de Barro. Discutirei aqui como é feita a divisão de trabalho e quais são as etapas do processo de fabricação das pannels. Abordarei, também, a apropriação da totalidade dos saberes tradicionais pelos mestres e mestras do ofício bem como as fragmentações que ocorreram nos últimos anos. E ainda analisarei, a partir de que momento a produção deixou de ser artesanal e familiar para ser um empreendimento empresarial com mão-de-obra contratada e fornecedor de produtos genuinamente originais para a indústria turística.

O quarto capítulo chamado de A Criação da Associação das Paneleiras buscará analisar o desabrochar da consciência de ser comunidade política e as circunstâncias que levaram a criação da Associação, estância política e representativa do coletivo, também analisarei com se deu os processos eleitorais de sucessões da diretoria e se seus conflitos internos e as relações desenvolvidas com o poder público.

O quinto capítulo é dedicado à Comercialização das Pannels o qual, descreve como era realizada as vendas no passado, como ocorreu a relação da panela com a culinária típica capixaba e a sua apropriação por parte dos empreendimentos turísticos como um dos símbolos da cultura estadual proporcionando uma projeção além das fronteiras capixabas, alcançado níveis nacional e internacional. Também busca analisar as

consequências do aumento da produção e a preocupação com a continuidade da tradição devido à eminência da extinção da matéria-prima e a falta de interesse das novas gerações em exercer o ofício.

O sexto capítulo debate O Reconhecimento do Ofício das Panelas de Goiabeiras Como Patrimônio Cultural Brasileiro. A partir de considerações sobre o que vem a ser patrimônio cultural é discutido e analisando o processo pelo qual alcançou reconhecimento do ofício, bem como as implicações que decorreram e decorrem desta qualificação tais como maior publicidade; aumento da produção e a inevitável aceleração do esgotamento do barro; o desenvolvimento de ações de proteção e preservação ao bem e seu produtores e outros.

Concluo esta exposição observando que existe um saudosismo de um tempo onde a solidariedade estava mais presente. Todavia se a comunidade política obteve consideráveis avanços positivos, por outro lado a comunidade de indivíduos acirrou os conflitos no âmbito das relações sociais de produção. Hoje, se fazem nítidas as desigualdades de condições de concorrência entre as duas frentes de produção, que são os fundos de quintais e o galpão.

Porém, mesmo com todas as divergências e mudanças, impostas pela modernidade mercantilizante, as panelas continuam re-significando e transformando o que era um utensílio para torrar farinha, em um produto revestido de novos significados e simbolismo identitários, não só da comunidade de Goiabeiras, mas, sim do povo capixaba.

## **1. CERÂMICA INDÍGENA: REFERÊNCIAS ARQUEOLÓGICAS E DOCUMENTAIS DAS PANELAS DE BARRO**

As diversas referências bibliográficas sobre a produção de panelas de barro em Goiabeiras recorrem aos relatos de viajantes que passaram pela Província do Espírito Santo no século XIX (Ver ABREU, 2001; CAMILETTI, 2007; DOSSIÊ IPHAN 3, 2006; PEROTA, 1997). A tese de que as panelas de barro é uma tradição cultural local transmitida entre várias gerações desde tempos imemoriais, tendo as comunidades

indígenas como as primeiras protagonistas, ganha reforço com os escritos do naturalista Saint-Hilaire que visitou a região em 1815 e fez as primeiras referências a essas panelas, descritas como “caldeira de terracota, de orla muito baixa e fundo muito raso”, utilizadas para torrar farinha e fabricadas “num lugar chamado Goiabeiras, próximo da capital do Espírito Santo”.

Goiabeiras é, portanto, o lugar onde esse ofício de fabricar panelas ocorre por tradição. Ali, foram encontrados sítios arqueológicos cerâmicos, remanescentes da ocupação indígena, no alto da pequena elevação conhecida como Morro Boa Vista e nas proximidades do aeroporto de Goiabeiras. (DOSSIÊ IPHAN 3, 2006, p. 17).

A arte de fazer cerâmica na região do bairro Goiabeiras Velha é uma atividade antiga, de acordo com os levantamentos arqueológicos, datam aproximadamente 2500 anos (Perota, 1997) e era desenvolvida pelos grupos indígenas Tupiguarani, Aratu e Una. O autor afirma que a tradição de fazer panelas de barro nessa região é uma herança cultural das tradições Indígenas Tupiguarani e Una.

Pela análise técnica da atual cerâmica produzida na região de Goiabeiras, podemos afirmar que essa é uma mistura de técnicas das tradições cerâmicas pré-históricas Tupiguarani e Una, sobressaindo-se as usadas pela tradição Una. (PEROTA, 1997. P. 13 e 14).

Perota analisou que com a presença portuguesa no Espírito Santo, essas tradições ceramistas foram sendo aculturadas, mas a base de sua tecnologia foi preservada e teve continuidade na feitura da cerâmica que originou o complexo que foi denominado de "panelas de barro" e sua sobrevivência é fruto de uma persistência de técnicas indígenas que, ao longo do tempo, sofreram poucas alterações.

A produção artesanal da cerâmica popular de Goiabeiras foi contínua porque sempre foi utilitária. Algumas alterações de caráter funcional, como as alças nas proximidades dos lábios das bordas são detalhe raramente encontrado na cerâmica indígena, deve ter sido uma adaptação para uso das panelas em fogões e, posteriormente, para uso em mesas. (PEROTA, 1997. P. 13).

A noção de “sobrevivência” empregada por Perota (1997) é uma herança teórica do evolucionismo cultural de Frazer (1908, págs. 106, 112-113, 115), que analisa as culturas dos povos não ocidentais como “sobras” do passado, que seriam assimiladas nas culturas ditas evoluídas e que, portando, tenderiam a desaparecer, devendo assim, serem colocadas em museus para que as novas gerações as conhecessem. Nesse sentido, a “sobrevivência” das tradições que originou o complexo das panelas de barro como analisou Perota (2007) é na opinião de Arthur Ramos – um outro estudioso da assimilação – “o conteúdo formativo do inconsciente, não só da face individual, mas também da coletiva, independente da fachada superficial do psiquismo consciente” (Ramos, 1957 Apud ARAUJO 2002). Em outras palavras isto quer dizer que todo “material simbólico derivado da cultura *são arquétipos do inconsciente, realidades psicológicas, precipitado de uma longa experiência coletiva, através de gerações e gerações*” (ARAUJO, 2002.). Perota e Ramos estavam mais preocupados em demonstrar como a cultura do passado “sobreviveu” no presente, que no caso das panelas, estudadas arqueologicamente por Perota seria um “resquício” ou “sobrevivência” da cultura indígena. Em Ramos, um “insciente coletivo” que veio sobrando das gerações anteriores conformaria a cultura das gerações do presente e do futuro. Em uma análise a partir da perspectiva da comunidade atual das panelas, as tradições culturais não seriam “sobras”, mas invenções e reinvenções de tradições, no sentido da análise de Hobsbown (1984), ou “reelaboração cultural” de Pacheco de Oliveira (2004).

## **2. MEMÓRIA, METÁFORAS E NARRATIVAS MÍTICAS**

No período que acompanhei as atividades das panelas em Goiabeiras pude perceber, nas muitas conversas informais, a existência de lembranças que alimentam um saudosismo do passado e que contribuem para manter viva a memória possibilitando a re-invenção da tradição no presente. Os seus relatos, remontam um tempo em que as famílias eram mais unidas pelos laços sociais de parentesco e havia uma solidariedade que possibilitava a cooperação entre elas.

Analisando as conversas que tive com algumas paneleiras, principalmente as com mais de oitenta anos, pude fazer um recorte histórico compreendido entre os últimos setenta anos aproximadamente e a década de 1980 quando mudanças significativas ocorreram no complexo urbano da região e na organização política do grupo. Analisando esses diálogos percebi que a arte de transformar o barro em utensílios domésticos era, inicialmente, um trabalho feminino, cuja ajuda masculina se pautava no transporte das matérias-primas, na queima das panelas e na entrega das panelas, quando feita por canoas, nos mercados. A confecção das panelas era um trabalho, que entre outras atividades, compunha o orçamento familiar como, ainda, é atualmente.

As relações amigáveis e de boa convivência estavam presente em todas as atividades, uma das entrevistadas relatou que o acesso ao barreiro só podia ser feito a pé ou de carroça, uma vez que a canoa só chegava até o porto da região e a dona do barreiro, na época a área era particular, Dona Menininha, emprestava a carroça para o transporte das bolas de barro até o porto de Mulembá de onde saíam as canoas para Goiabeiras e os proprietários das canoas emprestavam as mesmas às mulheres que sabiam remar e nada para irem ao barreiro.

Algumas ceramistas respeitavam o ciclo lunar para irem ao barreiro, pois acreditava que ao retirarem o barro nas luas cheia ou lua nova as panelas não rachavam enquanto que se apanhado na lua minguante, não produzia panelas de qualidade e essa pocavam ao primeiro contato com a fogueira.

Outras paneleiras enquanto trabalhavam gostavam de cantarolar cantigas de roda, igreja, do congo ou pontos de terreiro espíritas; para elas o ato de cantar emanava uma força: “Parece qui aquilo, agente cantava dava força à gente, dava corage. [...] Os pontos eram bonitos, era alegre, tinha mais energia, parece que ficava com mais energia”.

Nesse período a produção era individual, isto é, cada paneleira fazia na sua casa as panelas. Mas havia um espírito de cooperação que possibilitava a ajuda mutua sem cobrança financeira; o pagamento era o agradecimento em forma de um bom café com bolo ou polenta de fubá, servidos na hora do trabalho.

A produção abastecia o mercado da Vila Rubim e do centro cidade de Vitória; também havia compradores em Guarapará e Santa Tereza na região serrana do Estado. O transporte era feito de canoa e a negociação de compra e venda, geralmente, era antecipada; quando do momento das entregas, os fregueses já faziam novos pedidos, assim os canoeiros já sabiam a quantidade de peças que deveriam transportar e os lugares que entregariam. Essa antecipação de encomendas facilitava às paneleiras a organizarem a produção, dado que elas não trabalhavam com estoque de mercadoria como fazem atualmente.

Na opinião dessas mulheres o barreiro hoje está uma bagunça, uma imundice, uma zona, todo esburacado, está tudo estragado e irreconhecível. A extração do barro no Vale do Mulembá, hoje região do bairro Joana D'arc, por ser esporádica naquela época não agredia, com tanta intensidade, o meio ambiente como é verificado atualmente. Os buracos feitos para a retirada do barro eram tapados em seguida, a vegetação mais robusta era preservada como lembra e lamenta outra entrevistada: “Tá tudo descalfado, eles cortaram a área toda, os pés de manga que tinha lá mataram na raiz os pés de fruta. Mas eles num tirá barro com respeito”.

A referência ao respeito que as mulheres desprendiam ao barreiro esteve sempre presente nos diálogos. Havia uma preocupação em manter limpa a área que era retirada as bolas de barro bom para que ele não se misturasse com o barro ruim e assim garantir a qualidade das panelas. Uma das senhoras disse que não se podia defecar próximo ao barreiro porque havia algo sagrado no local; essa crença no mito do sagrado pode ser percebida no compartilhamento, entre elas, da idéia de que o barro brota do fundo do solo e nunca acaba.

Analisando essas falas conclui-se que o ritual da extração do barro e da produção das panelas tinha sua organização nos de tabus previamente determinados. As violações dos tabus providas do sistema introduzem nas práticas uma nova lógica de revalorização de pessoas e objetos. Pessoas e coisas emergem do encontro prático com novos valores e tabus, portanto, com novas relações entre si (SAHLINS, 2008).

Assim, ao violarem o tabu da manutenção da limpeza, da pureza da área do barreiro, com a implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no Vale do

Mulembá, pelo sistema representado pelas instituições CESAN (Companhia Estadual de saneamento) e APG (Associação das Paneleiras de Goiabeiras) novos valores, em discordância com a lógica de que a argila boa não podia ser contaminada pelo barro ruim para assegurar a boa qualidade das panelas, surgiram. Não é possível provar que as condições de higiene do barro era um dos fatores responsável pela qualidade das peças, mas essas artesãs dizem que o barro comprado atualmente não é mais o mesmo. Também, após a instalação da ETE tornou-se aparente a preocupação com a possibilidade da extinção do barreiro, contrariando a crença de que o barro brota do fundo do solo

### **3. RELAÇÕES SOCIAIS E TRANSFORMAÇÕES NA PRODUÇÃO DAS PANELAS**

Tradição cultural repassada de geração para geração a centenas de anos, a produção de panelas de barro em Vitória mantém preservada a sua vinculação de gênero, como atividade eminentemente feminina, bem como o seu desenho padrão e os procedimentos técnicos que a identificam. (ABREU, 2001). Passada de mãe para filha e para netas a tradição criou o ofício das Paneleiras de Goiabeiras dando referência à localidade chamada de Goiabeiras Velha; assim são conhecidas as mulheres que fazem as panelas. Embora o trabalho de manusear o barro e dar formas aos utensílios era exclusivamente feminino e de característica artesanal e familiar, elas sempre contaram com a ajuda dos maridos e filhos para a extração e obtenção das matérias-primas que são o barro, tanino e madeira para queima, bem como na confecção e comercialização. A partir da segunda metade do século XX com o adensamento e ampliação do centro urbano da capital e o crescente fluxo turístico, a produção ganhou um ritmo mais acelerado para dar conta de abastecer um mercado que cresce permanentemente. Dessa maneira, a produção artesanal feminina sofre alterações significativas. Além de surgir o primeiro núcleo de produção não familiar comandado por um homem, também houve mudanças nas formas tradicionais das panelas.

O primeiro "paneleiro" a criar esse novo sistema foi Arnaldo Goes Ribeiro, que passou a utilizar algumas artesãs como empregadas ou sub-empregadas na produção e, inclusive, colocando homens na modelagem

das panelas, alterando algumas formas tradicionais e criando outras de acordo com a necessidade do mercado, como por exemplo, a fabricação de peças pequenas para servir de cinzeiros, molheiras etc. (PEROTA, 1997. P. 16).

Com o crescimento familiar e a necessidade de moradia, as famílias foram levadas a reduzirem seus quintais e muitos já não têm espaço para a execução de todas as etapas de confecção das panelas, principalmente a queima que é acompanhada do açoitamento e requer um espaço livre para armazenar a madeira e fazer a cama (fogueira a céu aberto). Pensando, inicialmente, em resolver esse problema que já afetava uma grande parte do coletivo e invocadas por um sentimento e consciência, emergentes, de ser uma comunidade política, portadora de um patrimônio cultural específico (WEBER, 2004), as paneleiras em 1987 organizaram-se em uma entidade que possui o modelo de associação, chamada Associação Paneleiras de Goiabeiras (CAMILLETI, 2007.), reivindicaram ao poder público um galpão que funciona como sede da associação e onde concentra a maior parte da produção. Após a estruturação da produção e do comércio dos artefatos cerâmicos nas dependências do galpão, as práticas verbais fizeram surgir uma divisão das artesãs e duas categorias: as paneleiras do Galpão e as chamadas paneleiras de fundo de quintal.

### **3.1. DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E ETAPAS DA PRODUÇÃO**

Todavia, mesmo com as transformações inevitáveis, dadas as próprias dinâmicas das sociedades contemporâneas, a atividade de obtenção do barro continua ocorrendo quase da mesma maneira que outrora. A extração ocorre na jazida no Vale do Mulembá e é uma atividade predominantemente masculina, com alguma exceção. A retirada do barro para a fabricação das panelas é feito em duas etapas principais, sendo a primeira a obtenção do licenciamento para a exploração da lavra de argila e a segunda é a escolha do local onde deve ser extraído. Quem obtém a argila é o *tirador de barro*, a ele cabe o trabalho de escolher experimentando o barro com os dedos para ver se é bom, então escava e retira o barro com a enxada até aproximadamente 1 metro de profundidade. Ele o molha e massageia com os pés, divide e armazena em forma de bolas que pesam cerca de 15 KG cada. O barro posteriormente é recolhido por um caminhão da prefeitura do município de Vitória e levado até as paneleiras que o adquirem mediante ao custo de

hum real e cinquenta centavos. Um tirador de barro costuma fazer de 140 a 150 bolas de barro por dia. Porém os tiradores vão ao barreiro aproximadamente de quinze em quinze dias e o caminhão às vezes só uma vez por mês. O atraso do caminhão pode gerar a falta de barro nos locais de produção, obrigando as paneleiras a buscarem outras alternativas para obterem a argila.

Outra função que se mantém quase inalterada é a do *casqueiro*, ele é o coletor da casca do mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), espécie nativa do manguezal que, portanto, só é alcançada de canoa. O casqueiro vai batendo na árvore com um porrete até que a casca se solte<sup>2</sup>. Leva saco e lata para carregá-la; traz a casca de canoa até Goiabeiras, onde vende para as paneleiras, a preços que variam, no presente etnográfico do ano de 2010, de quatro a cinco reais a lata.

Depois do barro já estocado nos quintais ou no galpão, a produção das panelas de barro de Goiabeiras gasta um tempo médio de cinco dias a uma semana<sup>3</sup> para obtenção final do produto devido o processo compreender inúmeras atividades, praticadas em várias etapas tais como a modelagem manual, o alisamento, a secagem, a queima e a aplicação de tintura de tanino que por sua vez são realizadas em sub etapas, a saber:

#### Primeira etapa – *Processamento do barro*

Essa etapa realizada pelo *escolhedor do barro* consiste na limpeza de todas as impurezas que ainda possa haver no barro estocado; na retirada do *gaioto*, pequenos torrões de barro que não se dissolvem e acabam trincando as panelas quando queimadas; no pisoteio e adição de água às bolas de barro de modo a transformá-lo em uma massa com boa plasticidade para a modelagem. Geralmente parentes homens ou auxiliares pagos realizam essa tarefa para as paneleiras.

#### Segunda etapa – *A modelagem*

---

<sup>2</sup> Por recomendação dos técnicos do IBAMA e da Universidade Federal do Espírito Santo, os casqueiros só retiram a casca de um lado dos galhos e não tiram dos troncos, para que a casca sempre se renove.

<sup>3</sup> Esse tempo pode variar de acordo com a variação climática. Se o clima estiver chuvoso a secagem é lenta e não é possível realizar a queima, pois esta é feita a céu aberto.

Do barro armazenado sobre um forramento de plástico para não perder a umidade, é retirada uma quantidade a ser trabalhada. Depois de feita a limpeza, ou seja, tirado as folhas, pedrinhas, pequenos torrões que não se desmancham, ele é colocado sobre uma tábua. As paneleiras executam a puxada do barro empurrando-o de dentro para fora com uma das mãos e depois com a cuia de coité. A forma é dada com as mãos, puxando e levantando o bojo, definindo a concavidade e a espessura com a cuia e modelando a borda com as mãos. Com a faca são retiradas as impurezas e com o arco, os excessos de argila.

As alças das tampas e as orelhas das panelas são feitas com roletes de barro e fixadas com os dedos. As paneleiras utilizam água para colar as orelhas e dar acabamento às panelas. Isto feito, as panelas são postas novamente para secar até o dia seguinte, quando será trabalhado o fundo. Na modelagem do fundo, a panela é retirada da tábua e virada; o fundo chato é arredondado pela remoção dos excessos com o arco; a superfície externa é alisada com a faca, utilizada na limpeza – retirada de possíveis grãos de areia que podem no momento da queima provocar trincas – e acabamento da peça.

#### Terceira etapa – *O alisamento*

As panelas e as tampas recebem o polimento das *alisadoras* depois de secas e antes da queima. Para realizarem o alisamento das superfícies interna e externa das peças é utilizando uma pedra de rio conhecida como seixo rolado. Essa tarefa é geralmente executada por parentas ou vizinhas das paneleiras, mediante pagamento.

#### Quarta etapa – *A secagem*

Etapa em que as tampas e as panelas já polidas são dispostas para secar no interior do Galpão, ou eventualmente ao sol, enquanto aguardam para serem queimadas.

#### Quinta etapa – *A queima*

As panelas secas são dispostas a céu aberto, emborcadas e apoiadas umas nas outras, embaixo as maiores, em uma “cama” de ripas e tábuas de madeira (sobras de construção). A fogueira atinge em torno de 600°C, sendo mantida por aproximadamente

30 minutos, variando conforme o tamanho das panelas. Após a queima, as panelas são retiradas do fogo, ainda em forma incandescente, pelo *tirador de panelas*; ele usa uma pinça – vara comprida com dois ganchos metálicos (garras) na ponta – para tirar do fogo e depositar as peças junto a quem fará o acoite com a tintura de tanino. A atividade exige força, destreza e precisão de movimentos, para evitar que as panelas se quebrem ou que as paneleiras se queimem.

#### Sexta etapa – *O acoite*

Esta é a fase da impermeabilização e pigmentação da panela com tintura de tanino, tirada da casca do mangue-vermelho, aplicada com a vassourinha de muxinga sobre as peças em brasa, assim que retiradas do fogo. Confere às panelas de Goiabeiras sua característica coloração preta e age como impermeabilizante.

### **3.2. A TOTALIDADE DOS SABERES TRADICIONAIS E SUA FRAGMENTAÇÃO**

Os saberes relativos à totalidade das etapas do processo de produção acima descritas são de pleno domínio das mestras e mestres do ofício, mestres porque, embora seja uma atividade tradicionalmente feminina, hoje há uma crescente participação de artesãos ceramistas que, associados ao grupo de paneleiras, integram a categoria de mestres do ofício.

Mesmo sendo a categoria denominada “paneleiras” motivo de orgulho entre as mulheres que ganharam notoriedade como Paneleiras de Goiabeiras e também ser referência para o reconhecimento do ofício como patrimônio cultural, os homens que exercem o ofício de fazer panelas não gostam de ser chamados de “paneleiros”. Eles se denominam artesãos. Ao perguntar por que eles não gostavam de serem chamados de paneleiros a respostas sempre foi a mesma, tanto das mulheres quanto dos homens: A opção em ser chamados de artesãos começou quando um grupo de turistas portugueses visitou o galpão. Ao serem apresentados pelo guia turístico como paneleiros, os portugueses riram; perguntados qual era o motivo do riso, os portugueses explicaram que em

Portugal a palavra paneleiro era o mesmo que homossexual, a partir desse dia os homens adotaram o termo artesãos e não mais paneleiros.

As mestras e mestre conhecem as respectivas matérias-primas e os procedimentos técnicos que até pouco tempo os realizavam diretamente. No presente alguns mestres procuram executar, particularmente, a modelagem designada à auxiliares remunerados a realização das primeiras e últimas etapas como a retirada e escolha do barro, o alisamento, a queima e o açoite da panela.

Para Simão (2008), no galpão os auxiliares são contratados pelas paneleiras para desempenharem atividades secundárias ao ofício, quando o ritmo de trabalho é intenso e os prazos de entrega das encomendas bastante exíguos. E observa que

Geralmente, esse ajudante não vem de uma família de paneleira, sendo considerado uma “pessoa de fora”. Não pode, portanto, ser comparados com aqueles que “ajudam” nos quintais, mesmo porque a relação no galpão é estritamente financeira. As paneleiras dizem “botar os outros para trabalhar”, e, geralmente, possuem dois assistentes fixos, dependendo do volume de encomendas. (SIMÃO. 2008. p. 196).

No período que estive realizando a pesquisa, pode perceber que no galpão, além dos auxiliares remunerados, há paneleiras e artesãos que recebem encomendas de outros produtores que podemos classificar como clientes internos. Essas paneleiras em sua maioria aprenderam o ofício acumulando conhecimento enquanto eram ajudantes e por isso são desclassificadas da categoria de “paneleiras verdadeiras”, por algumas outras descendentes das famílias tradicionais do ofício, principalmente as que trabalham em casa. Elas são acusadas de nunca terem ido ao barreiro e por isso não saberem onde está o barro bom, de não conhecerem as técnicas para escolher o barro, que para as “paneleiras verdadeiras” é um saber fundamental devido à obtenção de uma boa panela resistente ao fogo começar na escolha do barro. Além de serem criticadas por desconhecerem as magias que envolvem o barro, elas também são criticadas por fragmentar as etapas de produção. Essas críticas podem ser percebidas na fala da paneleira Ivone Lucidato Ribeiro:

[...] Eles paga pra limpá, eles paga pra começar a panela, eles paga pra ... eles só gosta di conforto e mão deles, essa é a verdade. São paneleiras? Pra ser paneleira tem que fazer do começo ao fim. Você tem que ir no barrero, você tem que ir no mangue, certo, você tem subi em cima de caminhão, tirar a lenha, tem que subir em cima do caminhão do barro, decê o barro, botá o barro no canto, eles num faz isso, entendeu. Se você chegá, perguntá a eles como que tira? Se pegá uma paneleira ali, escolhê uma paneleira e perguntá com que sabe que o barro é bom? Eles num sabe.

Minha vó ensinava a nois, eu. Quando nois fosse tirá o barro, tirasse o barro, era pegar um pedacinho do barro e fazer assim na oreia, se o barro estralá, podia dizer que é barro; se o barro tinisse podia dizer que o barro era bom, entendeu. Agora, o barro num fizesse nada, aquele lá era poadô. Ela falava isso pra nois.

O modo de produção desenvolvido hoje pelo coletivo das paneleiras de Goiabeiras se aproxima do modo capitalista de produção encontrado na teoria marxista dado as mudanças decorrentes da modernidade. Embora não havendo acúmulo de capital econômico e nem apropriação dos meios de produção, alguns integrantes do coletivo se comportam como verdadeiros empresários enquanto outros se vêem na condição de detentores de força produtiva a ser contratada. É aí nessas novas relações sociais de produção que se desenvolvem os conflitos entre o tradicional e o moderno, entre a solidariedade comunitária e o individualismo mercadológico, entre a produção de panelas de barro e a produção do bem comercial transformado em patrimônio cultural.

#### **4. A CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS PANELEIRAS**

Dias (2006) observou que as mudanças na geografia e no panorama urbano, além de influenciarem na organização espacial e social, também desabrocharam, nas paneleiras, a consciência de ser um agente sociopolítico de transformação dentro da comunidade. Segundo a autora,

no tempo de suas mães e avós, ou quando começaram a fazer panelas, as “antigas Paneleiras” tinham esta atividade como a única possibilidade de

exercer um trabalho extra-doméstico. Não era escolha; ser Paneleira era talvez um destino, sem outras alternativas viáveis. Hoje a opção tem um sentido muito mais amplo. Além da questão do trabalho e da possibilidade de exercê-lo conjugando às exigências domésticas, optar por ser Paneleira significa também posicionar-se política e socialmente [...] (DIAS, 2006. p. 89).

Sensibilizadas pela emergência da consciência de ser uma “comunidade política” (WEBER, 2004) e incentivadas por uma representante do poder legislativo municipal, vereadora Etta de Assis, a se organizarem em uma entidade devidamente registrada que representassem seus interesses e que pudessem por meio dessa adquirirem recursos junto aos órgãos públicos; as panelleiras fundaram sua Associação e construíram um galpão no qual puderam concentrar a sede da entidade, a produção, o depósito e a comercialização das panelas.

A Associação das Panelleiras de Goiabeiras foi criada em 25 de março de 1987 e teve seu estatuto lavrado em Cartório de Registro Civil, em 07 de julho do mesmo ano. Seu estatuto a constitui como uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Tem por objetivos mobilizar, integrar e conscientizar as panelleiras para o exercício de seus direitos, buscando melhores condições de trabalho visando a contribuir com a promoção do desenvolvimento da comunidade por intermédio da integração entre a população local e poderes públicos. Podem ser sócias da associação as pessoas físicas, maiores de 18 anos, que exerçam a atividade de panelleiras. Sua Diretoria Executiva é composta de um presidente; Vice-presidente; 1º Secretário; 2º Secretário; 1º Tesoureiro e quatro fiscais e é eleita para um mandato de dois anos. O fato de ter sido juridicamente instituída, com cargos e atribuições definidos em estatuto, dava-lhe um sinal de distinção (SIMÃO, 2008).

A primeira diretoria foi eleita por aclamação durante a assembléia de fundação e teve Dona Melchiadia Alves Corrêa Rodrigues como primeira presidenta, que foi eleita sem voto, porque, segundo as suas companheiras, exercia uma liderança na comunidade e o cargo lhe parecia bem deliberado (SIMÃO, 2008). Nas sucessivas eleições que ocorreram sempre houve uma panelleira na presidência ligada por parentesco a Dona Melchiadia. Em 1990 foi eleita sua sobrinha-neta Marinete Corrêa Loureiro, que permaneceu por mais dois mandatos. Em seguida, foi eleita outra sobrinha-neta de

Melchiadia e irmã de Marinete, Berenícia Corrêa Nascimento, que também ficou na presidência por mais três mandatos quando foi substituída por Alceli Maria Rodrigues, filha de Melchiadia. Essas sucessões e transmissões de capital político (BOURDIEU, 1989) entre as integrantes do mesmo grupo de parentesco não caracterizam necessariamente um monopólio da direção da entidade, dado que por ser uma comunidade pequena acabam as famílias contraindo casamentos entre si. Mas, ao que relatam algumas entrevistadas, as pessoas que exerceram os mandatos tiveram alguns benefícios pessoais tais como melhor localização das bancadas de trabalho dentro do galpão e preferência de exposição e venda dos produtos em feiras no circuito nacional de artesanatos e isso teve como consequência uma insatisfação no grupo, que teria gerado desmotivação e maior individualismo, bem como teria dificultado a criação de uma maior cooperação entre as associadas.

## **5. A COMERCIALIZAÇÃO DAS PANELAS**

No passado quando não havia tantas estradas as pessoas interessadas em comprar as panelas de barro tinham que ir até Goiabeiras Velha a casa de uma paneleira ou a um ponto de venda, alguma “vendinha” no local. Também os homens levavam a mercadoria de canoa via margem do manguezal até o Mercado da Vila Rubim no centro comercial capixaba onde eram entregues aos comerciantes para serem revendidas como é feito atualmente. Com o desenvolvimento urbano surgiram novos pontos de revenda e a propaganda de “boca em boca” tratou de divulgar a associação entre as panelas e a culinária típica capixaba e não demorou para que essa associação fosse apropriada pelo poder público e pelos empreendimentos turísticos como ícone da cultura do povo capixaba. Hoje as panelas são utensílios obrigatórios nos bares e restaurantes que servem moqueca e torta capixabas. Diz um ditado local “Capixaba que se preza só cozinha peixe em panela de barro. Feita por paneleiras de Goiabeiras”.

Essa fusão entre as panelas de barro e os pratos preparados com os frutos do mar, principalmente a moqueca, pelo menos no Estado do Espírito Santo, faz parte das tradições deixadas pelas comunidades indígenas. Câmara Cascuda em Histórias da Alimentação (1983) explica como surgiu essa iguaria tão saboreada hoje. De origem do vocabulário tupi moqueca significa, estar acomodado, sem se importar com coisa

alguma, isto é, como ficavam os peixes ao serem assados envolvidos em folhas; eles ficavam embrulhados, agasalhados, encolhidos, amoquecados.

As mesmas moquecas, mas sem caldo ou molho, secas, envolvidas em folhas de coqueiro ou bananeira, e assadas em fogo lento ou no borralho, têm o nome particular de *moqueca, enfolhada* [...] *A moqueca enfolhada* é originária dos índios, como se vê desta referência de um cronista de meados do século XVIII, o Pe. Simão de Vasconcelos: “Os peixes miúdos embrulham em folhas, e metidas embaixo do borralho, em breve tempo ficam cozidos ou assados [...]

A moqueca nasce desse molho de peixes, “embrulhado” nas folhas e assado ao calor das cinzas quentes. [...]

Dizemos ainda *amoquecado* valendo o amontoado, encolhido, arrumado em pilha. Hildegardes Vianna, ensinando a fazer moqueca de chicharro (carangida, com muita espécies, talvez se trate do *Decapterus macarellus*, chicharro branco ou carapau), recomenda levar-se os chicharros ao fogo em frigideira de barro, *pé de um com cabeça de outro, alterando*, disposição que traduz exatamente a imagem do *amoquecado*. (CASCUDO, 1983. p 629.).

O autor nos diz que “Desse apanhado de peixes, assados ao brasido, embrulhado em folhas de bananeira ou palmas novas, a moqueca veio andando para a promoção dos nossos dias, perdendo uns e ganhado outros atributos personalíssimos, inclusive o invólucro”. Para o mesmo autor, a moqueca indígena teria sido transformada quase que completamente do feitiço primário, sendo muitos os ingredientes inovados em seu preparo, como: coentro, cebola, pimenta, tomate, limão e outros, dependendo da região. Portanto, as diversas maneiras como são preparados os frutos do mar atualmente são heranças dos modos indígenas de preparar o pescado.

A relação entre as tradições das panelas de barro e o prato típico da culinária indígena, como podemos perceber, foi re-significada pelas novas gerações e re-apropriada pelo comércio turístico, possibilitando a reconstrução da identidade cultural dos capixabas, como um símbolo a ser exibido e uma iguaria a ser saboreada por aqueles que visitam o litoral do Estado do Espírito Santo.

A necessidade de preparos variados nas cozinhas do Espírito Santo fez surgir muitos modelos e descobrir diversas utilidades das panelas que vão desde os conjuntos para

servir as tradicionais moquecas e mariscos como também para o preparo de sopa, feijoada, galinhadas, etc.

Como uma das porta-vozes da cultura capixaba, e formadoras de opinião, as paneleiras dizem que se “pode cozinhar qualquer coisa na panela de barro, mas peixe e marisco só podem ser na panela de barro” (Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, 2006). Para atender melhor as inúmeras demandas da clientela que é crescente

As panelas são feitas de diferentes tamanhos e alturas, com e sem tampa. São feitas também assadeiras, travessas e outros formatos sob encomenda. As paneleiras gostam de vender a panela casada, isto é, duas panelas conjugadas, sendo a menor dentro da maior – mãe e filha. Constata-se o emprego da técnica em crescente variedade de panelas com outras formas – miniaturas, ovais, com elementos decorativos – além de outros objetos utilitários e ornamentais como jarros, fruteiras, formas de pizza, cinzeiros e cofres. (Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, 2006. P. 37).

Devido ao tamanho reconhecimento tradicional das utilidades das panelas e um efêmero esforço por parte da indústria turística capixaba para divulgá-las como artefato cultural de uma sociedade, a popularidade das panelas e de suas fabricantes, está obtendo cada vez mais notoriedade nacional e internacional. Convidadas a expor e vender seus produtos nas feiras nacionais de artesanato, elas conquistam mais espaço e mercado o que obriga um ritmo de produção cada vez mais frenético alterando a dinâmica de produção e acirrando a competição mercadológica entre as paneleiras. Muito embora exista a Associação, esta não interfere nas práticas de comércio desenvolvidas, dado que cada um é responsável pela sua produção e comercialização. Quando são convidadas a expor, a direção da Associação realiza uma consulta oral para saber quem gostaria de participar. Se o número de interessadas for maior do que o disponível no convite, então é feito um sorteio. Porém, essa dinâmica, pouco funciona visto que na maioria dos convites as despesas são por conta dos expositores. Essa autonomia individualizada acaba funcionando como obstáculo para muitas, principalmente as que são consideradas paneleiras de fundo de quintal, porque em sua maioria são economicamente desprovidas de reserva financeira, pois o que ganham com a venda das panelas é insuficiente para sustentar o domicílio e ajuntarem capital de giro. Dessa maneira, as oportunidades passam a ser disputadas por aquelas que financeiramente já estão estabilizadas. Embora

não haja um grande lucro com as vendas das panelas, esse ofício ajudou e ainda contribui, muito, com o orçamento doméstico como relata as paneleiras Ilza do Santos e Inete Ferreira<sup>4</sup>

“Com a panela de barro nossa mãe nos criou, fazendo panela de barro, cozinhando na panela de barro e comprando as coisas com a panela de barro, tudo. Depois que nós passamos aprender a fazer as panelinhas piquininhas, por aí nós já fomos se vestindo até hoje, aí que foi que discansou o lado dela”. (Ilza do Santos)

“É um complemento, é uma ajuda né. Dá pra ajudá em casa, dá pra se vestir... não que deixa a gente rica, não” (Inete Ferreira)

## **6. O RECONHECIMENTO DO OFÍCIO DE FAZER PANELAS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO**

A Constituição Federal de 1988 no artigo 216 diz que

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: As formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados a manifestações artístico-culturais

Cavalcante e Gonçalves (2010) no artigo intitulado “Cultura, Festas e Patrimônio” analisam que os patrimônios permeiam e pontuam nossa vida cotidiana, exibindo uma vivacidade na experiência social, nos levando a lugares de compartilhamento e reelaboração de muitas experiências passadas, articulando relações, imagens e ressonâncias que nos projetam ao futuro. Eles são mediadores sensíveis entre passado, presente e futuro.

---

<sup>4</sup> - Essas falas foram retiradas do documentário Pólo cerâmica de goiabeiras – Promoart.

Sob uma perspectiva antropológica esses autores afirmam que a identificação e a reivindicação dos bens culturais como patrimônios, envolvem usualmente reivindicações identitárias, fundadas nas experiências sociais de uma memória coletiva ou numa narrativa histórica, mas sempre associadas a interesses muito atuais e precisos de natureza social e econômica.

Assim, reivindicando a identidade social fundada na memória coletiva da comunidade, a Associação das Paneleiras de Goiabeiras apresentou ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan o pedido de Registro do Ofício das Paneleiras em março de 2001. A demanda pelo reconhecimento das panelas de Goiabeiras e do seu modo de fazer, já consagrado como ícone da identidade cultural do Espírito Santo, se expressava como reivindicação de um bem cultural a ser inscrito no repertório do patrimônio cultural brasileiro.

O pedido de Registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras foi apreciado e aprovado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sua 37ª reunião, em 21/11/2002. A inscrição no Livro de Registro dos Saberes foi feita em 20/12/2002, inaugurando mais que o Livro, o próprio instrumento do Registro. Em consequência, o Ofício das Paneleiras foi declarado Patrimônio Cultural do Brasil. (Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, 2006).

O reconhecimento como patrimônio imaterial cultural é um enorme passo para a preservação da memória e do “bem”, é também, como observa Abreu (2001) uma ferramenta valiosa na garantia de acesso a matérias-primas e ao mesmo tempo na busca por um barro alternativo com as propriedades similares ao do Vale do Mulembá, tendo em vista que esse tem previsão de se esgotar em aproximadamente 18 anos.

Reside, entretanto, na organização das mulheres, a maior força de valorização e preservação do ofício de paneleira. Ao solicitar o seu registro enquanto bem do patrimônio cultural nacional, a Associação das Paneleiras busca se fortalecer na luta pela manutenção das condições objetivas de confecção das panelas, especialmente a garantia do acesso à jazida e a proteção da pureza da argila, matéria-prima insubstituível da panela de Goiabeiras (ABREU, 2001. p.128).

O estatuto do registro lançou um foco de luz sobre uma determinada forma de produzir e de consumir as panelas de barro,

observa-se que muitos consumidores passaram a utilizar este utensílio como enfeite, suporte qualquer, mesmo que na maioria das vezes, o uso que se faz dela privilegia a sua dimensão utilitária. Ao deslocá-la de um lugar específico, a cozinha, para adquirir outros usos e significados, como souvenir ou peça de museu, agregam-se a essas peças novos valores. A panela de barro produzida em Goiabeiras é um bem cultural que ganha status de “objeto patrimonial”. (SIMÃO, 2008. p. 131, 132).

A passagem de bem da cultura tradicional para um bem de consumo no mercado mais amplo dos restaurantes e do turismo se torna uma contradição, que é própria da produção capitalista para o mercado, visto que estimulará o crescimento da produção e o rápido esgotamento da argila, matéria-prima tradicional, usada na produção da panela de barro.

O barro, modelado pela comunidade das paneleiras para ser transformado em bem cultural, é único em toda região dado as suas características físicas e químicas que permite a queima a céu aberto sem quebrar as peças, o que já foi testado com outras argilas e os resultados não foram aprovados.

Com a intensificação das relações entre o patrimônio e o chamado mercado, especialmente o turístico que existe hoje (AGUIAR, 2006. Apud CAVALCANTE e GONÇALVES, 2010.), cada lugar [ou bens intangíveis] que vem a ser reconhecido como “patrimônio” já é ou torna-se rapidamente uma atração turística (CAVALCANTE e GONÇALVES, 2010) e com o Ofício de Fazer Panelas de Barro de Goiabeiras não foi diferente.

O reflexo das campanhas de divulgação da panela de barro como um bem patrimonial da cultura capixaba, fez aumentar a procura desse artefato, mas ao contrário do mercado comum no qual quanto maior a procura mais caro é a mercadoria, os preços se mantêm acessíveis contribuindo para o aumento das vendas, o que estimula ainda mais o aumento da produção.

Com aceleração da fabricação, outro problema se apresenta: a extração compulsiva do barro. Isso não seria um problema se a jazida dessa matéria prima não fosse esgotável e ela não estivesse dentro de uma reserva permanente de proteção ambiental. De frente a essa realidade, o esgotamento do barro, os setores governamentais e agentes turísticos se mobilizam para desenvolver ações urgentes para manterem e preservarem o vale do Mulembá e assim salvaguardar essa argila e conseqüentemente a possível originalidade do patrimônio.

Ao que tudo indica, analisando as várias afirmativas das paneleiras e dos testes já realizados, essa argila é um dos elementos orgânico natural fundamental para manter a qualidade e a preservação do modo original de se obter o bem cultural, se o barro acabar, as panelas até poderão continuar, mas o saber fazer tradicional sofrerá mudanças significativas nos signos simbólicos que determinam a sua originalidade.

No sentido de zelar pela manutenção integral do patrimônio e seus realizadores, algumas ações, mesmo na direção contrária a sustentabilidade e preservação do barro, vem sendo realizadas por entidades públicas e seguimentos privados; a prefeitura de Vitoria está construindo um novo galpão em substituição ao antigo, mais amplo e moderno com maior número de bancadas para confecção, exposição e venda; o setor turístico incluiu o galpão na lista de lugares que devem ser visitados; o Iphan mantém acompanhamento e auxilia os planos de salvaguarda desenvolvidos por projetos como o Promoart; E o SEBAE está desenvolvendo o projeto de Indicação Geográfica (IG) que visa garantir, por meio de um selo, a indicação de sua procedência e autenticidade como Panela de Barro Capixaba somente às panelas produzidas na comunidade de Goiabeiras.

A identificação da panela de barro como o selo de qualidade promovido pelo SEBRAE, segundo a visão dos empreendedores da indústria turística, se faria necessário para tentar assegurar o fetiche do produto, e assim, orientar os consumidores a adquirirem produtos originais. A preocupação do setor da indústria turística em demarcar a noção das “verdadeiras Panelas de barro de Goiabeiras” se dá devido à ampla comercialização de panelas de barro ao longo da Rodovia Federal BR-101 e BR-206 (CAMILETTI,

2007) no Estado do Espírito Santo, tendo em vista que nem toda panela de barro que abastece o mercado é oriunda de Goiabeiras, pois afirmam que muitas panelas são fabricadas nos municípios de Guaraparí e Viana. Os produtores dessas outras localidades empregariam técnicas de produção semi-industrial, usando o torno para modelar as peças. Utilizam como matérias-primas o barro vermelho e a folha de aroeira é queimada junto com as panelas nos fornos fechados para dar a coloração preta a essas. Tais diferenças, segundo os técnicos de avaliação dos setores interessados, são determinantes para a não inclusão dessas peças na classificação de “originais” e o não reconhecimento como patrimônio.

Essa “falsificação” das Panelas de Barro de Goiabeiras também pode ser vista em outras regiões do Brasil como mostra Sônia Missagia Mattos em “Artefatos de Gênero na arte do Barro”

A primeira vez que estive nessa localidade [Pasmado-MG], conheci a ceramista Maria Lúcia. Ela estava muito atarefada, pois havia recebido uma encomenda para fazer uma grande quantidade de panelas, parece que era um total de 700 panelas. Suas mãos trabalhavam tão rápidas que pareciam um torno. Quando vi as panelas que estava moldando, estranhei a forma que elas tinham. Não havia nada que as assemelhasse à cerâmica do Vale [do Jequitinhonha].

No dia seguinte, ao passar por lá, encontrei Lúcia dando acabamento em algumas panelas. Foi aí que reconheci que o formato daquelas panelas era o mesmo do das usadas no Espírito Santo. Fiquei pensando na solução que ela encontraria para dar àquelas panelas a cor preta, que é característica das panelas capixabas. [...] a cor foi conseguida acrescentando-se folhas verdes de imbúia ao fogo no processo de queima. (MATTOS, 2001, p. 137, 138).

## CONCLUSÃO

Quando eu fui contratado pelo PROMOART para trabalhar no pólo Cerâmico de Goiabeiras, eu tinha, apenas, a idéia vaga de que panelas de barro eram as panelas próprias para cozinhar frutos do mar ou fazer feijoada. O máximo de conhecimento que eu tinha, era que se tratava de um “bem” da cultura do Estado do Espírito Santo que havia sido reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Essa idéia vaga começou a dar lugar à compreensão do real tamanho do objeto, que eu iria trabalhar, já nos estudos de materiais bibliográficos que realizei antes de chegar ao campo. Porém, eu, ainda, estava preso ao mercantilismo cujo empreendedorismo turístico remete a produção de panelas colocando quem às produz – as paneleiras – em segundo plano.

Ao conhecer o grupo de ceramistas que atuam no galpão – um espaço onde se produz panelas e funciona a sede da Associação das Paneleiras – pode perceber que, atualmente, a lógica do mercantilismo é forte, como eu havia imaginado. Todavia, nas conversas que foram se sucedendo com algumas artesãs, pode perceber que nem sempre foi assim. Embora as panelas de barro, há muito tempo, sejam produzidas para serem vendidas, não havia, ainda, o entendimento de mercado consumidor e nem a disputa por este como existente atualmente.

A produção dos artefatos cerâmicos na região de Goiabeiras Velha é similar a de outrora, porém as relações sociais de produção já não são mais pautadas na solidariedade e o individualismo predomina. As etapas de produção foram fragmentadas e com isso novos e novas especialistas surgiram. Se antes a artesã dominava todas as etapas, hoje são contratadas pessoas para tirar o barro, alisar panela, queimar, açoitá-la; essa nova dinâmica de produção faz surgir uma divisão não mais, só, de trabalho, mas de categoria profissional. Isto é, Paneleiras ou artesãos mestres do ofício de um lado e ajudantes que não dominam todas as etapas do outro, essas últimas são consideradas “pessoas de fora que as paneleiras botam para trabalhar”.

Hoje o trabalho foi profissionalizado e a concorrência para atender o mercado ficou mais acirrada, a produção que se desenvolve no galpão ganhou um ritmo empresarial com maior visibilidade publicitária, enquanto as paneleiras de fundo de quintal se

queixam de ficar ofuscadas comercialmente, principalmente depois que o galpão ganhou notoriedade.

As paneleiras que trabalham em seus quintais atendem um público relativamente pequeno se comparado com aquele que frequenta o galpão, por esse motivo, só produzem de acordo com as encomendas feitas por seus “clientes fiéis” que tem o número quase inalterado, conseqüentemente os ganhos financeiros não são tão significativos quanto os recebidos no galpão.

Essa rentabilidade insuficiente gerada pela produção de panelas para cobrir todos os gastos domésticos cotidianos faz com que muitas paneleiras sejam obrigadas a desenvolver outras atividades no mercado formal de emprego como serviço geral, faxineira, empregada doméstica, manicure, etc.

Os mais jovens ao observar que o trabalho é desgastante e não tão rentável, estão cada vez mais buscando postos de trabalho com remuneração fixa mais elevadas não se interessando pelo ofício das mães ou avós. Isso no futuro, associada à falta da argila, também, poderá comprometer a transmissão dos saberes e a produção desse bem cultural. Talvez por perceberem essa ameaça à sua tradição, as paneleiras se colocam a disposição para ensinar a qualquer pessoa que se interessar em aprender o ofício sem necessariamente ser parente ou mesmo morar no bairro.

Assim, em meio à preocupação de transmitir a cultura secular para as novas gerações e as exigências de mudanças impostas pela inserção na modernidade mercantilizante deste e de outros bens culturais produzidos pelas comunidades tradicionais, as paneleiras vão resignificando sua arte e transformado o que era no tempo das comunidades indígenas apenas um utensílio doméstico para torrar farinha, em um produto comercial amplamente consumido e transformado em um símbolo representativo do Estado do Espírito Santo e reconhecido como um dos bens intangíveis do patrimônio cultural da nação, isto é, do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Carol de. PANELA, CALDEIRÃO E FRIGIDEIRA: O OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS. Revista TB, Rio de Janeiro, 147: 123/128, out-dez, 2001

ARAUJO, Fernando Cesar de. DA CULTURA AO INCONSCIENTE CULTURAL: psicologia e diversidade étnica no Brasil contemporâneo. Psicologia ciência & profissão., dez. 2002, vol.22, no.4, p.24-33.

BOURDEU, Pierre. In\_\_\_ O PODER SIMBOLICO. 7ª Ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2004.

CAMARGO, Célia Reis. A Construção da Memória na Sociedade Global. Identidades Sociais: local x global. Patrimônio e Memória, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2 n. 2, 2006, p. 1-9

CAMILETTI, Giovana Gava. In\_\_\_ Modernidade e tradição Esculpida no Barro: Uma reflexão da Associação Paneleiras de Goiabeiras. Tese de mestrado em Administração. UFES. 2007

CARVAVALHO, Edgar de Assis. Marxismo Antropológico e a produção das relações sociais. São Paulo. Perspectivas. 1987, p. 153-175.

CAVALCANTE, Maria L. v. de Castro e GONÇALVES, José Reginaldo S. Cultura, Festas e Patrimônio. In\_\_\_ Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 259 a 292

CASCUDO, Luis Câmara. Técnicas Culinárias. In\_\_\_ HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO NO BRASIL. Ed. Itatiaia. São Paulo. 1983.

Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 05 de agosto de 1988

DIAS, Carla. In\_\_\_ PANELA DE BARRO PRETA: A Tradição das Paneleiras de Goiabeiras, Vitória – ES. RJ: Mauad X: FACITEC, 2006.

Documentário Pólo Cerâmica de Goiabeiras – Promoart. 2010

DOSSIÊ IPHAN 3. OFÍCIO DAS PANELEIRAS DE GOIABEIRAS. – Brasília, DF: Iphan, 2006. 70 p.: il. color, 25 cm. – (Dossiê Iphan; 3) isbn 85-7334-031-2. Bibliografia: p. 54-58. 1. Patrimônio Cultural. 2. Patrimônio Imaterial. 3. Paneleiras-ofício. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. II. Série. Iphan/Brasília-DF

GORDON, Edmund T. A Historia e Memória Crioula. In\_\_\_ Disparate Diáspora: Identidade e Política em uma Comunidade Africano da Nicarágua. University of Texas Press, Austin Instituto de Estudos Latino-Americanos. 1998

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Págs. 9-23.

MARK, Marx. In\_\_\_ O Capital: Crítica da Economia Política. vol.1. Os Economistas, São Paulo: Ed. Abril Cultural. 1983.

MATTOS, Sônia Massagia. In\_\_\_ ARTESANATOS DE GÊNERO NA ARTE DO BARRO. Vitória: Edufes, 2001

PACHECO DE OLIVEIRA, J. In\_\_\_ A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. 2a. edição (revista e atualizada). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

PEROTA, Celso In\_\_\_ PANEIS DE GOIABEIRAS. Texto e pesquisa: Celso Perota, Jaime Roy Doxsey, Roberto A. Beling Neto; fotos Edson Chagas – Vitória: Secretaria Municipal de cultura, 1997. 40 p.: Il.; 21 cm – (Memória Viva).

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In\_\_\_ Estudos Históricos, vol.5, n. 10, p. 200-212.

SAHLINS, Marshall. In\_\_\_ Metáforas históricas e realidades míticas: estruturas nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2008.

SIMÃO, Lucieni de Menezes. In\_\_\_ A SEMÂNTICA DO INTANGÍVEL. Considerações sobre o Registro do ofício de paneleira do Espírito Santo. Tese de Doutorado em Antropologia. UFF. 2008

WEBER, Max. Relações Comunitárias Étnicas. In\_\_\_ ECONOMIA E SOCIEDADE Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Ed. UNB. São Paulo, 2004.

www.cultura.gov.br \_\_\_\_\_ Acessado em maio/2011

## **ANEXOS:**

### Anexo 1

#### **ROTEIRO DO TRABALHO DESENVOLVIDO NO CAMPO**

##### Conhecimento prévio do campo

Ao ser contratado para executar as ações no pólo cerâmico de Goiabeiras em Vitória/ES, fui orientado a tomar conhecimento das ações de salvaguarda que já haviam sido realizadas no local. Isso me levou a conhecer o processo pelo qual se deu a constituição da Associação das Paneleiras, tomei conhecimento das lutas que a associação travou com o governo do Estado pela manutenção da área da jazida do barro utilizado para a fabricação das panelas localizada no Vale do Mulembá. Apreciei o estudo realizado pelo antropólogo Celso Perota para que o do Saber Fazer Panela de Barro em Goiabeiras Velha fosse reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil e também pude ler algumas bibliografias relativas ao grupo as quais serviram de referência para a confecção do meu texto.

##### Apresentações

Eu fui apresentado ao grupo das paneleiras pela então superintendente do Iphan, a senhora Carol de Abreu, como sendo agente local do programa Promoart. E que eu iria desenvolver junto ao grupo ações ou atividades por elas indicadas com o objetivo de melhorar as condições da produção, aumentar a divulgação do produto e a sua comercialização.

##### Coleta de dados

Durante o período de um ano eu me reuni com o grupo dentro e fora do galpão, acompanhei o processo de produção, observei e analisei as relações pessoais individuais e coletivas tanto dentro do galpão quanto entre as famílias que produzem nos chamados fundo de quintais. Observei o fluxo de compradores em ambas as áreas de produção bem como a distribuição de material de propaganda do setor, como sacolas com logomarca da associação das paneleiras e folders contendo receitas da torta e da moqueca capixaba. Durante esse período também pude observar e analisar as relações políticas desenvolvidas pela associação junto ao poder público e com instituições privadas que desenvolvem projetos que divulgam a panela e as paneleiras como produtos culturais capixaba

Para compreender quais eram as necessidades que deveriam ser amenizadas, realizei reuniões em grupo e individualmente, das quais, por intermédio das conversas que se seguiram, extrai muitas informações que ajudaram a subsidiar o meu texto.

Na busca por informações que me ajudassem a compor a trajetória das mudanças que ocorreram nas relações de produção durante a segunda metade do século XX até os dias atuais, realizei entrevistas não estruturadas, abertas em forma de diálogos desinteressados, com algumas paneleiras mais antigas, todas com mais de oitenta anos idade.

#### Organização dos dados

Reuni as informações referentes à história da produção de cerâmica indígena no litoral do atual Estado do Espírito Santo, principalmente a que se refere à região que, hoje, se produz as panelas de barro, em um capítulo denominado **Cerâmica Indígena: Referências Arqueológicas e Documentais das Panelas de Barro.**

Os dados resultantes das entrevistas ou conversas informais que ajudaram a estabelecer a trajetória das mudanças, significativas, nas relações de produção das panelas, eu os reuni no **CAPÍTULO Memória, Metáforas e Narrativas Míticas**

Os dados referentes ao desenvolvimento do processo de produção, à divisão do trabalho, bem como às alterações que esse processo sofreu, foram agrupados no capítulo **Relações Sociais e Transformações na Produção das Panelas**, e em suas subdivisões: **Divisão Social do Trabalho e Etapas da Produção** e **A Totalidade dos Saberes Tradicionais e Sua Fragmentação**

Os dados apontados, que levaram a organização política do grupo encontram-se no capítulo **A Criação da Associação das Paneleiras.**

Os dados que tratam do aumento da produção e o desenvolvimento da comercialização da panela, combinada com a culinária típica capixaba, foram reunidos no capítulo **À Comercialização das Panelas.**

Os dados que explicam como foi alcançado o título de patrimônio imaterial foram organizados no capítulo **O Reconhecimento do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras Como Patrimônio Cultural Brasileiro.**

#### Análise conclusiva

Busquei nessa etapa descrever as minhas percepções sobre o objeto estudado. Percepções essas como o saudosismo de um tempo em que havia mais solidariedade e

que hoje a troca de capital; nesse sentido, busquei analisar de que forma a dinâmica do modernismo impacta as relações sociais do grupo e de que maneira a tradição poderá sofrer transformações contínuas ao ponto de não mais ser reconhecida como Padeiras de Barro de Goiabeiras, porém só como padeiras de barro como tantas outras existentes no mercado.

Anexo 2

## ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA AS ENTREVISTAS

1- Como à senhora se chama?

2 - Qual é a idade da senhora?

3 - A senhora faz padeiras há quantos anos?

4 - A senhora aprendeu a fazer padeiras com quem?

5 - Aonde eram vendidas as padeiras?

6 - Quais os meios de transportes que vocês utilizavam?

7 – Quem era o carroceiro?

8 - Quem eram os canoeiros?

9 - Eram os próprios canoeiros que fabricavam suas canoas?

10 - Que outras atividades desenvolviam os canoeiros?

11 - Havia cooperação na hora de transportar as padeiras nas canoas para vendê-las?

12 - Aonde era o porto em Goiabeiras?

13 - Tinha algum respeito pelo barro, algo de sagrado, de místico no local?

14 – Tinha lua certa para ir ao barreiro?

15 - Quem é que ia ao barreiro; família, grupo de paneleiras ou iam sozinhas?

16 - O trabalho de retirar o barro era acompanhado de alguma cantiga?

17 - Vocês cantavam enquanto faziam as panelas?

18 – Quando surgiu o nome “Paneleiras de Fundo de Quintal”?

19 - Como era feito o comércio das panelas?

20 - A senhora sente saudade desse tempo?

21 - Quais as diferenças do tempo passado para o atual que a senhora sente mais?

22 - Qual é o interesse dos netos e netas em aprender fazer panelas?

23 - Quais mudanças, o reconhecimento como patrimônio cultural, trouxe para a senhora?

24 - O barro não acaba?

25 - Como está o barreiro hoje?

## Anexo 3

### ANALISE DAS ENTREVISTAS

#### **Paneliras entrevistadas**

Nome e idade

Conceição \_ Maria Conceição Gomes Barbosa. Vou fazer oitenta e dois agora

Domingas \_ Domingas Correa Santana. Eu tô com oitenta e nove

Margarida \_ Margarida Lucidato Ribeiro. Tô com oitentas anos

#### **Tempo que exerce o ofício**

Conceição \_ Quando eu pedi a ela pra eu mexer no barro pra eu aprender fazer panela eu tava chegando à idade daquela menina lá, ela hoje tá com quarenta seis anos, (risos) ai que eu comecei a trabalhar com panela de barro.

Domingas \_ Quase cinqüenta anos ou setenta anos. [não faz mais panelas]

Margarida \_ Sempre fui. [não faz mais panelas]

#### **Transmissão Cultural entre Gerações**

Conceição \_ Olha, eu aprendi fazer panela com a minha sogra.

Jucileide [sua filha] aprendeu comigo, meu filho também aprendeu comigo. Meu filho, ela, a Senara que mora ali em cima também que ela aprendeu comigo, a minha nora ali, ela ta pra lá, onde ela ta, aprendeu comigo também.

Domingas \_ Aprendi com minha mãe. [...] Ela fazia muita panela, muita, muita mesmo. Eu aprendi com ela

Margarida \_ Com a minha mãe. [...] Minha mãe ensinava a nois tirar o barro. Ela cavava o barro, ai me dava um pedacinho, ai eu pegava aquele pedacinho botava na oreia, se o barro chiasse o barro era bom e se não chiasse ele não era bom, era pocadô.

E aqui quem enfrenta é as minhas meninas que enfrenta a foguera. Elas enfrenta. Quando da pra enxergar ainda alguma panela elas coisa. Eu tenho cinco que tem problema de vista né? Uma primeira ajuda tirar a panela da foguera, mas a outra num... difícil né? E tem essa Sônia que tira.

### **O interesse das filhas, netos e netas em aprender fazer panelas:**

Conceição \_ Elas [netas] num mexe. Tão estudando. Uns estudando outros trabalhando, mas num.... Não aprenderam, não aprenderam. Eu tenho uma filha também que ela vem aqui de vez enquando, ela mora no Jabú e aparece aqui vai, vou fazer uma panela, bota a mão, num levanta a panela de jeito nenhum. Quebra aquela, faz de novo, mas, mas num levanta um barro pra fazê uma panela.

Domingas \_ Minha filha já morreu, mas ela nunca foi paneleira. Nunca. Não, num ensinei ninguém não. Ensinei não. Graças a Deus nunca ninguém me procuro pra ensiná não.[...]

### **Comércio**

Locais de vendas:

Conceição \_ Levava as panelas na embarcação e pelo porto mesmos eles saiam lá na Vila Rubim pra vender lá pra queles galpão lá as panelas.

Domingas \_ Quantas vezes meu irmão levou panela pra, lá pra Vila Rubim, pra vender; de canoa.

Margarida \_ Nois tinha Vila Rubim, Guarapari, nois tinha comprador nosso. É seu Zizinho que carregava panela pra Santa Tereza de barco, de canoa, pra Vila Rubim de canoa, ele levava.

Como era feito o comércio das panelas?

Conceição \_ Iam direto pra lá. Eles iam na cidade, tratavam as panelas. Eu quero tantas panelas, eu também quero tantas ... Ia primeiro oferecê. Depois eles entregava as panela

Domingas \_ Era procuração de panela grande. Precisava de vê. Eu tinha um freguês de Guarapari, telefonava lá de Guarapari, Já fez as panelas? É tá tudo quemadinho.

Margarida \_ Há! Vendia pros comprador. Nois tinha comprador de fora que vinha compra aqui. [...] Seu Zizinho que [comprava e] carregava panela pra Santa Tereza de barco, de canoa, pra Vila Rubim de canoa, ele levava.

## **Transporte**

Do barro:

Conceição \_ Quando tinha o galpão lá? Lá do porto de Mulembá, hoje eles chama Joana D'arc. A canoa ficava ali, o canoero. Ela [a dona do barreiro] dava a carroça pra carregar o barro até o porto. E botava o barro dentro da canoa e vinha por água.

Domingas \_ Eles tiravam o barro, não tinha carroça nem carro, era de canoa. Naquela época era de canoa. Agente atravessava lá, pegava , tinha canoa e trazia pro porto.

Fazia aquela bola, depois a carroça ia levar pro porto lá pra gente pegar na canoa [...]

Margarida \_ Ai noi carregava na carroça e botava no porto. Du porto noi botava na canoa pra traze pra cá. A gente tirava, carregava a canoa, botava em terra, da li pra cá nois carregava na cabeça pra casa.

Da Panela:

Margarida \_ Não. Era na cabeça. Na bacia grande, na gamela grande. Sabe o que é gamela? Nois botava a li dentro, botava na cabeça e levava pro porto.

O carroceiro:

Margarida \_ Era. Já morreu também, Pequis. Ele levava noi, ele panhava o barro, trazia pru porto e du porto já trazia pra noi, pra cá.

Os canoeiros:

Conceição \_ Os canoeiros? A minha sogra mesmo remava, ela ia buscar um assim ela guiava a canoa, ela remava, ia lá busca e trazia na canoa. E os outros era Seu Zizim, que já é falecido também, Seu Claudio que já falecido aqueles que iam lá buscá. Quem não sabia nadá ou remá pagava a eles pra eles buscá. Seu Elias, também, que era marido minha filha Chiquinha. Eles trazia o barco pra cá, dali carregava cada um pra sua casa.

Domingas \_ A canoa era do pessoal mesmos de Goiabeiras, pessoal que morava ali, aquele pessoal antigo que eu não lembro mais quem era. Na canoa. Uma canoa era do meu irmão. O nome dele chamava-se Moaci. Ele levava muito panela pra quema [...] tirava de canoa. Num tinha carro não.

Margarida \_ Era minha mãe.

Quem fabricava as canoas

Conceição \_ Eles [os canoairos] faziam, faziam as canoinhas pra eles trabalhar.

Domingas \_ Acho que eles comprava. Tinha um pessoa que fazia canoa, mas eu não sei quem era não, nem me lembro. Essas coisa assim quase nem ia prestar atenção não. E tinha vez que a gente comprava, até homem as vez comprava, mas gente comprava canoa [...]

Margarida \_ Não. A canoa era alugada... Pra poder trazer o barco. Era uma canoa grande... E minha mãe que trazia, na popa da canoa que ela vinha e vinha na proa ... sentada.

#### **Outras atividades desenvolviam os canoairos:**

Conceição \_ Tiravam tinta pra vender. A casca do mangue pra empretá a panela, eles tiram ... tinha o curtume também, de curti coró. Então eles tirava as canoas de ponta a ponta, saia de manhã chegava em casa de noite. No outro dia que ia ensacá todinha aquela casca, o carro ia busca, botava na balança pesava e dava o cheque pra receber, lá dentro do escritório mesmo, dava o total de quanto valeu aquelas casca. Mas meu pai tirou muita, Seu Flavio que ia buscar...

#### **A casca do mangue vermelho**

Domingas \_ Agora mangue vermelho eu nuca fiz isso não. Eu comprava. Eu comprava a casca. Encomendava aqui embaixo, ia lá pegava. Pegava um cado, socava. tinha uma marretinha assim, botava assim um sacão de estopa nas pernas, [depois] botava dentro da vasilha d'água que aquela tinta ia sai.

#### **Cuidados com o preparo da tinta**

Domingas \_ Ó pra panela, pro barro fica bem, as panelas ficar bem feitinha, a gente tem que da mais ou menos uns três dias, que é pra ela [tinta] ficá curtida, agora só num pode passá mais de três dias, muito tempo, que ela fica muito grossa. E se ela ficá muito grossa a panela fica, ela num fica lisa, aquela tinta engrassa a panela e fica feia. Então pra quemá a panela, tem que socá [a casca] pra daqui uns três dias a gente quemá as panelas. Ai as panelas fica bonitinha, pretinha, sem grossura da tinta. A tinta muito tempo guardada ela num serve pra assoitá panela. Eu digo isso porque aqui em casa eu num fazia isso, si não eu tinha que ferver ela, pra ela ficar mais rala, porque ela ficava muito grossa. Si ela ficá muito grossa, fica ruim de jogar. A panela fica muito grossa, a tinta engrassa muito a panela.

### **Lenha do mangue**

Margarida \_ Num tem o pé de mangue? Então aquela ali seca, quando ela seca a gente corta, lasca ele, bota pra quemá panela. É mais forte. Mais forte. Tem o mangue preto e mangue branco que é o mangue vermelho. [...] Ele não dava fumaça. Ele soltava a fumaça pro ar. Agora essa ai não, essa lenha de construção [civil] qualquer ventinho ela apaga, ela gera muita fumaça. Mas a gente tem que viver com ela mesmo né? A gente num pode mais sai pra tira lenha. [...]

### **Cooperação no uso das canoas para transportar as panelas para serem vendidas no mercado:**

Conceição \_ Cada um vendia. Se a minha mãe queimasse umas quinze peças, vão supô, pra Seu Elias, que é meu tio, ele levava umas quarenta da mulher dele. Assim, esse era tão certo que ele apanhava as panelas pra vendê. Seu João Carlos era irmão da minha sogra, ele tinha a canoa dele, já levava as panelas da mulhe dele. Seu Zizim também que era irmão da minha sogra já apanhava as panelas da mulhe dele ia vendê lá, lá na Vila Rubim.

Domingas \_ [...] ajuntava que ele comprava pra revender lá. Nois da família, da esposa dele, da minha mãe. Era isso.

Margarida \_ Tinha um velho aqui que fazia. [Comprava e transportava de canoas as panelas] É (silencio) Zizinho.

### **Solidariedade:**

Domingas \_ Cada um tinha seu cantinho. Pedia canoa empresta lá, pegava emprestado. Num tinha esse negocio não, canoa. Aqui também eu acho que a gente tinha mais amigo do que agora. Pegava a canoa de qualquer um e ia buscar. Ia remendo, ia lá e ia buscá num tinha carro, num tinha carroça não. A carroça só trazia pra botá ali no porto, do porto eles botava na canoa.

Então quando tinha panela pra quemá que era muita gente. A gente convidava aquela pessoa toda pra i quemá panela. Naquela época que o tempo era melhor do que hoje. Naquele tempo a gente dizia que ia quemá panela vinha quatro açoitadeira, um tirar, ninguém cobrava nada. A gente fazia um bolo, uma polenta. Antigamente usava polente de fubá. Fazia aquela polenta, fazia café. Então todo mundo se vinha pra alisa, às vezes ajuntava aquela panela, a gente chama aquelas companheiras, aquelas pessoas, de noite a gente tava .... de tarde. Quantas vezes eu chamei alguém pra ajudá tirá aqui. Mas agora a gente tem que pagá mais, çoitá, pagá pra tirá, pagá pra alisá; antigamente num era assim, era tudo aquela união, entendeu? Aquela união positiva, aquela união boa, hoje você num tem união, é muito difícil encontrar união boa e positiva. Agora não, agora é dente por dente olho por olho. É isso ai [...]

Eu acho que naquela época era melhor de fazer panela porque, quase que todo mundo era amigo. Um ajudava o outro. Você fazia uma comida em panela; ia chamava quatro, cinco pessoas por aquilo ninguém pagava, era tudo de graça né? E si, cobrava também, não era tão caro também, agente pagava aquilo que podia pagá. Hoje não, a gente tem que pagá quanto tem que pagá. [...] Pagava a quem que a gente pudesse pagá. [...] E quando a gente ia quemá ajuntava quatro pessoa cooperando, a gente num pagava era tudo de graça. fazia um café com polenta ou um bolo, qualquer coisa aquilo ali pronto, todo mundo tomava o café, todo mundo lavava os prato , lavava o rosto que tava quente da foguera né? E depois ia embora.

Margarida \_ É que antigamente nois era reunida né? Uma ajudava a outra, ia à casa de um, na casa de outra, ajudá uma, ajudá outra. E hoje em dia não, hoje em dia num tem mais nada, nada. Num tem mais nada.

### **Individualismo:**

Margarida \_ [A desunião começou] depois que houve a Associação. Depois da Associação cabô tudo pra nois. Até nossa venda de panela aqui se cabô, a Associação está logo ali de frente.

Domingas \_ Eu acho que esse pessoal... Você me pergunta isso, eu num sei por quê. Sei lá que esse pessoal .... se não ama as pessoa, num é amigo de ninguém mais. As pessoas hoje em dia num é amigo de ninguém, nem parente é amigo de ninguém, não, não é. Eu pelo menos tenho parente que não é amigo. Não, num tô fazendo questão disso não meu filho [...]

### **Conflitos**

Com os vizinhos:

Domingas – [O pessoal vizinho] ...sempre quis me embargá eu quemá panela. Me embargar. Ai eu disse pra eles, o carro da prefeitura, né? Olha eu num tô robando, eu tô trabalhando, eu tô quemando panela, eu tô fazendo [...] porque foi aqui que quando eu cheguei comecei quemá.

Com Associação:

Conceição \_ [...] Que eles num querem ouvir o que a gente falá direito, num qué. Você mesmo viu naquele dia que veio. Você viu que a presidente ao invés de falá eles coloca outra para falá pra eles, como vê aquela mulhe que num tem nada avê dê si metê a responder a pergunta que eu fiz, ela responde. E eu falei: ó isso ai num é você que tem responder nada, a presidente que tem, tô conversando com ela, eu quero que ela me responda as perguntas que eu faço. Ela já quis alterá, eu falei então eu sai fora. Porque

ali num dá não, ali é uma casa de cabeça. É muito difícil eu ir ali, muito difícil. Eu nunca si misturei pra fazer panela no meio deles.

[...] Pra nois a panela de barro só ajuda nois que fazemos e vendemos aqui mesmo, mas nois num temos nada não, nada. Ali no galpão eu num sei eu num sei nem te contar a história como que é como não é porque eu não vou muito lá. Quando eu ia pra uma reunião era pra aborrecimento, então eu disse quer saber de uma coisa? Eu tô pagando a minha mensalidades pra ganhar nada, nada. Eles num tem mais uma sacola, ajuda de nada de ninguém num tem também. Num tem nada. Eu não sei o que aconteceu ali naquela Associação, que eu falo até pros freguês que vem aqui, pois então, quando eles pergunta a mim , eu digo minha filha que eu sei falá a vocês que eu num sei o que aconteceu nessa Associação das Paneleiras. Porque hoje em dia eu num tô nem acompanhado esse negocio deles pra lá, Eles fizeram uma confusão ai quando eles tavam na frente desse troço, eu larguei de mão. Eles fizeram uma confusão quando eles tava na frente desse galpão lá, que num lembro agora que ano foi, mas eles fizeram. Chegou o dia. Essa tal di. Nois chamamos ela de Bichinha o nome dela é Lucilina, foi a presidente. Quando deu o tempo dela. É de dois em dois anos muda de presidente. eles foram botar chapa, botaram chapa 1 a chapa 2, nessa chapa era chapa 1, se eu não me engano, é chapa 1, é Erone essa que é presidente hoje e a irmão dela Vanilda. Ai arranjaram os pequenos que tinha que ser ai, fiscal de num sei o que lá, num sei de que. São seis pessoas em cada uma chapa. E tinha a chapa 2 que é do lado de Bichinha que era a presidente. Botaram um tal de Dionara que ela era a presidente da votação, botaram uma vise-presidente, botaram um fiscal, botaram uma vise-presidente, botaram um manda isso, manda aquilo. E, e eu até que votei, mas num votei pra chapa 2 não, que tava Dionara que era presidente, votei pra Vanilde e Erone, que é a nova presidente, ela ta até hoje. Ai ganharam a chapa 2 que era Dionara, Berenice, Marinete, Eonetes, esses pessoal, Carlinhos paneleiro, sabe quem é? Carlinhos paneleiro era num sei o que também, e muitos deles ai. Ganhou a chapa 2 e Nionara foi a presidente. Com prazo de quinze dias eles se demitiram, mandaram carta dizendo que num queriam ficá. Elas, elas lá, Marinete, Berenice, Carlinhos e outros mais. E a Dionara ficou sendo a presidente e elas futucando igual uns atentados. Botaram a meneia e elas queria tirá ela, porque ela tava comandando, ela tava querendo acertá os erros que tava errado, sabe como que é? Eles tem um troço escondido ali naquela Associação que eles num bota gente diferente

ali dentro, se botá é briga, se botá é briga. Só pode ser assim, ou Marinete voltar a ser presidente de novo ou Berenice ou essa Acení que é prima dela. Só gente da casa, sabe?

Margarida \_ Vendiam. Nois vendia. Depois que a Associação entrô acabô tudo. Cabo barrero, cabô tudo. Barrero tá lá cheio de buraco dá pra enterra um homem em pé. E a tinta, a tinta o meu menino tira.

### **Memória do ofício e do lugar**

Conceição \_ Era tipo uma fazenda, tinha muito gado, tinha muito gado. Eu não sei como eles descobriram aquele barrero ali, é muito lá pra dentro. Agora lá pra fora ia o barrero. A gente que começava andar, andava a pé um tempão, assim uma hora e meia pra chegar no tal do barro e chegava lá, agente tocava o barro. A gente não, a minha sogra, a minha mãe, tocava o barro. Eles ia pra lá olhar a área do barro tirava o barro. Naquela época era bola, mas a bola fazia o tanto que você pudesse fazê a bola. Se você pudesse fazê assim, podia fazê, mas era a bola. Era cinqüenta conto e cinqüenta, quinhentos réis. Ai, depois que a mulhe ia valíá o tamanho da bola, ela dava o preço, essa era tanto, essa era tanto. Dalí pra podê carregar pra cá, cortava aquele bolão, fazia eu acho que umas cinco bolas desse tamanho, pra podê trazê na canoa pra cá, pra quele porto ali. Não sei se você já foi na .... na Associação ali perto da maré. [...] Não, não tinha nome não. Eu dizia que era uma fazenda porque era muito grande ali assim, o terreno da mulher, era muito grande mesmo e ela tinha muito gado, ela tinha um empregado pra cuidar do gado tirar leite, Mas não nome não.

Ele [Arnaldo Gomes] era assim da sua altura, mais claro e gordo, gordão mesmo até parecia um Buda. E tem lá onde trabalha lá tem os retratos tudinho das mulheres que trabalhava pra ele, que ele pagava, tem ele fazendo uma panela. É lá na. Logo na. [...] Entra ali na área desocupada, tem uma portinha aberta. É ali que o menino dele trabalha, vende panela. Eu mesmo faço panela [e] dô pra lá, pra ele vendê. Comprá pra ele vendê. Porque a metade das pessoas mais velhas faleceram. Então é assim. Depois ele também quase tudo fora. Eu tenho pra mim que eles jogaram fora, porque a prefeitura alargueceu ali aquela rua e comprou meia casa que ele morreu, criou os filhos tudo ali,

e depois de morto eles venderam as casas ali poder enlargar a rua. Depois eles alugaram, alugaram por nada. Aquela área deles trabalhar, deixa trabalhar ou às vezes aceita as pessoas fazer panelas pra eles, eles pagá. Eles tão ali ainda, vendendo alguma panelinha, os filhos mesmo que trabalha faz, o Rogério ele sabe fazer, aprendeu fazer, antes dele falar assim ele fazia não, mas depois que ele morreu a metade do pessoal se afastou. O modo de pagá a eles né? Eles cortaram. Agora tem a Associação, vieram pra li agora e pronto, acabô.

O curtume era tipo um barracão velho coberto, ai tinha, eles faziam os quartinhos, sabe? De lajota tudo rebocadinho, pra bota casca ali dentro, botá água, pra depois tira a casca e curtir os coros com a água da tinta. [...] Meu pai também arrancou muito casca pro curtume, era do quê eles viviam, do que eles viviam. Eu até mais meu irmão nois pequeno. Tem o mangue vermelho, você conhece né? Tem o mangue preto, o mangue vermelho é pra soltar a tinta, o mangue preto nois também arrancava e socava as folhas, ia eu e meu irmão também arranca naquela época, um feixinho que nois tirava era um tustão, nois ficava contente (risos) nois ia nadando lá tirar (risos) naquele tempo tinha... a meu Deus tinha um homem bonzinho eu acho que você até conheceu [...] coisa engraçada, tudo era bom era combinada. Então ele comprava, trabalhava pra curtume comprar, era um curtume organizado. Depois eu casei vim morar pra esses lado de cá, o lado de lá quase num passava. Mas o lugar que era o curtume antes do lado esquerdo pra quem vai pra UFES tem aquelas casas ali é ali que era a área do curtume. Então eles tirava as canoas de ponta a ponta, saia de manhã chegava em casa de noite. No outro dia que ia ensacá todinha aquela casca, o caro ia busca, botava na balança pesava e dava o cheque pra receber, lá dentro do escritório mesmo, dava o total de quanto valeu aquelas casca. Mas meu pai tirou muita, Seu Flavio que ia buscar...

Domingas \_ Ora! Eu cheguei aqui tem quase sessenta anos, isso aqui era mato era brejo. Só tinha duas, três casas ali. [...] Aqui é Rua Depiante. Morada de Camburi, virou Morada de Camburi. [...] Mas era Goiabeira Velha. Aqui é Goiabeira Velha. Isso aqui é Goiabeira Velha. Agora Goiabeira II é aquele lado de lá. Entendeu? Então eu fui muito embargada aqui pela pessoas que chegaram aqui. Aquilo me maguô muito, machucô muito, entendeu. Ai depois eu desisti de fazer panela, fazia sim, mas eu mandava pro

galpão pra eles quemá no galpão pra mim. Tinha uma menina aqui que era muito amiga minha ela levava lá e quemava.

Margarida \_ O que eu me lembro que era que tinha o ginipapeiro e tinha muito gado lá. Ai o gado vinha em cima de noi, noi rodiava o ginipapeiro pro gado nun pega noi, eu e minha mãe. Eu era pequena.

Num era fazenda não, mas tinha o pessoal de cima né? Ai tinha aqueles bois brabo, ai teve uma vês que noi tinha rodiado o pé de ginipapo, noi num podia subi que era muito alto. A gente rodava assim, ele também rodava, num tinha cerca num tinha nada [...] Agora minha mãe não, minha mãe era pedra noventa. Vô fala a verdade, num é porque era minha mãe não, ela era pedra noventa. Ela conhecia o barro, ela conhecia a tinta, ela conhecia a lenha que noi tinha que fazer pra quemá panela. Noi num quemava com esses lenha ai não. Noi quemava com lenha de mangue.

## **O Porto**

Em Mulembá

Conceição \_ Lá do porto de Mulembá, hoje eles chama Joana D'arc. A canoa ficava ali, o canoero. Ela dava a carroça pra carregar o barro até o porto. E botava o barro dentro da canoa e vinha por água. Quando chegava aqui no porto pra descarregava pra depois carregava pra casa, naquela época.

Em Goiabeiras

Conceição \_ Só falava porto.

Domingas \_ É lá. Quando o senhor vai pra quele lado de lá onde tem aquele porto ali, onde tem o Malacerda. Você lembra do Malacerda ali? É por ali. Perto do antigo galpão.

Margarida \_ Lá no porto. Tem o porto ai.

## **Os homens na produção de panelas**

Conceição \_ Ele [Arnaldo Gomes] era assim da sua altura, mais claro e gordo, gordão mesmo até parecia um Buda. E tem lá onde trabalha lá tem os retratos tudinho das mulheres que trabalhava pra ele, que ele pagava, tem ele fazendo uma panela.

Margarida \_ Não [os homens não faziam panelas}. Os homens só ajudavam quemá. É muito fogo pra mulhe sozinha pega. É muito forte né?

Quando iam ao barreiro

Domingas \_ Saia cedo. Daqui mais ou menos seis hora sete horas da manhã. Ia a pé ate o barrero né. A canoa só ia mesmo pra ir buscar o barro. As vez as pessoas vinha na canoa aproveitava né, que vinha de canoa, que vinha tirar o barro pra prestação. Meu irmão, a mulhe dele tirava barro, ela fazia panela, ela vinha na canoa, que ela vinha tira o barro, ela vinha aproveita a caonoo, mas o resto de todos nois vinha tudo a pé cada um com sua enxadazinha nas costa e vamos que vamos. Levava comida e tudo, comia lá mesmo.

Margarida \_ No barrero nói ia a pé. Nói ia a pé e vinha a pé. Agora não, agora a gente tem que tê um carro pra leva nói e traze.

[O barro] era cavado, jogado pra cima, botado na carroça e de lá botava no porto pra vim de canoa.

Área particular

Conceição \_ Naquela época era mais difícil esse negocio de ir no barrero. E o pessoal ia i tirava barro lá. Os donos do barrero era Dona Menininha. Eu lembro que, eu era pequena ia acompanhando eles, num ia fazer nada ia só pra ir. Eles chamava a dona do barrero, ela descia, ela morava no marro, ela descia vinha conversar com as pessoas no quintal. Em tão, naquela época um bola de barro era quinhentos réis.

Domingas \_ Tinha dono, mas o dono nunca proibiu nada. Tirava o barro de qualquer maneira. Fazia aquela bola, depois a carroça ia levar pro porto lá pra gente pegá na canoa né? E leva a conoa. É isso nois ia na canoa, nem no carro nois ia. Ia na canoa.

Quem ia ao barreiro

Conceição \_ A família mesmo. Saia eu como meus filho ia pra lá tirá o barro.

Domingas \_ Quem ia tirá o barro era minha mãe, eu ia com ela. Era mulhe que tirava o barro lá, num era homi não, agora é homi, mas antigamente era as mulhe que ia lá. I o barrero talvez naquela época era mais fácil tirá barro.

Margarida \_ Eu e minha mãe.

Cantigas no barreiro

Conceição \_ Não, nessa época época eles num cantavam mais não. Tirando barro não.

Domingas \_ A gente cantava, cantava muito, agente cantava aquelas cantigas. Lá borrero a gente cantava. Lá, antigamente, a gente nem cantava cantiga, agente cantava aqueles ponto assim, sabe como que é? Que todo mundo era espírita, tudo mundo sabia isso mesmo. Vinha aquele cântico do espiritismo, todos eles cantava. Parece que aquilo agente cantava dava força à gente, dava corage. [...] Tinha dia que ponto de espiritismos, tinha vez que era aquelas cantigas de antigamente que eu nem me lembro mais, mais a gente sempre cantava isso. [...] Os pontos eram bonitos, era alegre, tinha mais energia, parece que ficava com mais energia.

Margarida \_ Agente cantava bobagem lá. Bestera.

Cantigas ao fazerem panelas

Conceição \_ Quando dá vontade de cantá a gente canta né? (risos) Eu mesmo gosto de trabalhar cantando, aquela história né? Fazendo panela e cantando. Eu sou da Associação do Congo Panela de Barro, eu Nilda aqui, minha cunhada, a Jamilda, a neta, o congo, Valdomiro o mestre de congo

Domingas \_ Quemando num era tanto não, mas fazendo e tirando a gente contava. Que quemando, pega muito fuguera, a fumaça na cara. E na quintura agente vai podê cantando? (risos) Agora tirando o barro a gente canta enquanto tava ali com aquela enxadinha cortando o barro, e a gente cantando, passando o dia, tudo alegre.

Margarida \_ É cantava assim. Era tuada de congo ..., de roda ...

## **O barreiro**

Respeito, sagrado, lendas e mitos referente ao barreiro:

Conceição \_ O barrero era o que é hoje, que hoje tá relaxado, mas era a mesma coisa. O barrero na época de Dona Menininha que era dona do barrero era assim: Eles tirava aquela bola de barro, ai lá cavava. Qué dizer furava, entrava lá dentro, tirava o barro, fazia a bola cada qual. Cabo! Ela mandava o empregado deles, carroceiro, pegá barro amarelo e tapá o buraco. Eu mesmo quando ia, pegava galhos, até varria o chão pra podê botá o barro pra gente podê batê. É nois que ia lá tirá, limpava a área, tirava o capim pra podê jogá o barro ali, pra podê fica ali trabalhando, batendo barro, juntando barro, juntando as bolas que a gente fazia, mais [...] Hoje eles querem tirá o barro. Num querem sabê que o barro tá assim que tá assado, que num tá, eles querem o barro pra eles trabalhá. Num mais ele tá prestando mais não.

Domingas \_ Respeito assim, quando as pessoas ia tirá barro, tinha que saber qual o barro que tava bom, num tava, tem um fino de mais. O fino de mais poca. Tem que ser mais grosso um pouco, nem muito grosso de mais e nem muito fino de mais ele. Entendeu? O respeito do barro era esse. Porque se você tirasse o barro fino de mais quando você botava ela na fuguera, as panelas pocava tudo, tem que se um barro mais, mais ou menos. Mais, menos grosso e nem grosso de mais. Porque grosso de mais as

panelas racha e recoa. Ele tem que ser mais ou menos, nem fino de mais e nem grosso de mais.

Margarida \_ Tinha. No dia que nois ia pro barrero, nois ia pro barrero, tirava o barro, botava no porto e vinha pra casa e ai já ia otras pessoas tirar.

### **A lua e o barreiro**

Domingas \_ É, tem lua pra tirar o barro. Lua cheia ou lua nova, minguante não. Porque na lua cheia a panela num pocava, a panela num rachava. Já minguante as coisa ao invéz de melhorar piorava. Então a gente só tirava assim o na lua cheia ou na lua nova. Ou na lua nova ou na lua cheia. Minguante ninguém tirava o barro não, não sei por que, eu também não posso dizer a você por quê.

Margarida \_ Mas noi num vamo não, na lua não. Noi num vamo na lua não. Lá era qualquer dia qualquer hora. Chegava e tirava barro. A lua é nossa cabeça mesmo.

### **Paneleiras**

De Fundo de Quintal:

Conceição \_ Depois que apareceu o galpão, ele botaram panela de funde quintal. Tem muita gente, é tem muita gente, tem eu, tem minha cunhada Ilsa, tem Elizeta, Tem Jaci, tem Margarida mais Sônia. Que trabalha em casa. Tem Janete que trabalha na Rua Simão Nasse.

Domingas\_ Já Tinha o nome de Paneleiras. De fundo de quintal eu nunca ouvi falar isso não meu filho, falar a verdade, eu nunca ouvi falar não. Eu sempre fiz na minha casa. Eu nunca fiz no galpão não. Eu acho que se fosse fazer eu nem queria. Eu sempre fiz na minha casa.

Margarida \_ Mas aqui não é fundo de quintal. Isso aqui é frente. Eles fala que é fundo de quintal, mas num é, aqui é frente de quintal. Foi a Associação que botô fundo de quintal. Mas aqui num é fundo de quintal. É fundo de quintal aqui? Aqui é frente.

### **Religião**

Domingas \_ [...] Eu acho que quando a gente precisa Deus tá ajudando, quando a gente precisa Deus tá ali perto ajudando. A religião. A gente tem que tê religião. Há outra coisa que a gente não tem que fazer. É desejá mau pro otros, é fazer mal pro outros. Alguém trabalhar pra crescer que a gente precisa, num vai dizer que por causa da semana santa. Sei lá, por que na semana santa é dia de descansa também. Trabalhou o mês inteiro, quando chega a semana santa ficar que nem um animal pegando em barro fazendo panela, pra quê? Acho que num é de religião essas coisa não, acho que a pessoa tem que descansar um pouco. Acho que falá de espiritismo, a religião ajuda. Deus ajuda nois pecadores ai ir em frente e não fazer coisa errada.

Eu respeitava sim. A semana santa já tava começando eu já tava quemando pra quando chegasse quinta-feira santa, sexta-feira já tava tudo quemada. Quem quisesse comprar que viesse comprá. Mas num é porque, por causa da semana santa não. Porque Deus não vai castigar ninguém. Porque a gente tá trabalhando pela vida da gente, pela pessoa que a gente vive. Que antigamente a pobreza era muito ruim, muito ruim. Agora hoje as pessoas só é pobre se quiser. Se trabalhar, sabe fazer as coisa, faz. [...] Agora só num trabalha quem num qué, quem num qué fazer nada; fica esperando pra quem tem pra dá eles, ajudá ele.

### **Relação com o congo**

Conceição \_ Só que Lea faleceu, depois teve, também faleceu o finado Alfredo Pernabuco, ele também puxava o congo, o congo também, depois teve o Arnaldo, inclusive esse congo hoje que a Jamilda toma conta era dele. Ele tinha a fabrica de panela quem vai pra, na Rua Simão Nader quem vai pra Camburi do lado direito logo que entra, tem uma loja de carro, ali também tem os menino que quando ele faleceu ele deixo a fabrica pros meninos. [...] O congo já era o congo de São Benedito, Isso ai é dês

de. Isso ai é de muito tempo. A finada Jacinta era professora, ela vivia dentro da igreja, também, depois ela se aposentou já tava de idade, da igreja ela surgiu o congo, folclore. Então tinha, aquele menino, tinha a puxada do mastro de São Benedito, ela [a banda de congo] fazia tipo Goiabeiras mesmo, rodava aqui a área, depois ia pra igreja. E hoje tem o Congo Panela de Barro, que a gente sai na festa do natal, São Benedito. Tem o mastro, tem o barco. A gente roda Goiabeiras vai até lá no Maria Ortiz Roda Goiabeira toda depois. Ontem mesmo nois bentificamos o barco de São Benedito, teve a festa. Ai a gente vai na igreja, no pátio da igreja bota lá e com dois meses a gente faz a festa, como ontem, teve ontem. Bentificamos, panhamos a imagem, tocamos congo depois....

Margarida \_ Eu não tenho não, quem tem é meu filho. É da “Banda de Congo Panela de Barro” .... Eu tinha a “Amor da Lua” La do morro, bairro Santa Marta. Depois que eu adoeci cabô tudo. [...] Mais Amores da Lua agora tá muito fraco. Agora Panela de barro não, panela de barro ta é boa. [...] Sai todo ano. Tudo quanto é lugar que chama eles vão. Amanhã mesmo eles vão pra cidade dançá. Eu mesmo num vô porque que eu num agüento mais anda, i na cidade brincá, mais ... nada. Como se diz eu tô pro leu né? Agente faz mais nada, nada faz né?

### **As painelas como atividade importante na composição da renda familiar**

Domingas \_ Antigamente a pobreza pra mim era muito ruim. Pelo menos peguei essa pobreza, a dificuldade. Graça a Deus as painelas me ajudou muito meu filho. Ajudou muito sabe? Deus me livre se não fosse as painelas pra fazer.

### **Saudade daquele tempo:**

Conceição \_ Eu era muito criança nessa época.

Domingas \_ Meu filho. Eu num acho que eu não sinto saudade mais de nada [...] Acho que a vida que a gente ta levado hoje eu não sinto saudade de nada. Eu sinto saudade sim, mesmo daquela vida que eu era mais nova, que não tinha preocupação com nada. Vivia a vida como era a vida no passado. A vida como passado pra mim tava ótimo. E

agora já é outro assunto, é cada um pra si e Deus pra nois todos, se correr o bicho pega, se parar o bicho come.

Margarida \_ Eu sinto imoção ... du qui eu era e o qui eu sô hoje em dia. Tinha vez que eu tirava barro, fazia panela e sentava fogo na fuguera, ia tirá tinta. Ai hoje em dia eu não faço nada.

### **Diferenças do tempo passado para o atual:**

Conceição \_ Eu achava melhor o otro tempo. Achava melhor. Naquela época eu. Eu trabalhei de mais, olha eu fui costureira. Primeiro eu era nova aprendi fazer tricô quando mamãe era viva ainda. Mas mesmo assim naquela época era melhor, era melhor do que hoje. Hoje tá tudo assim ...

Domingas \_ Cada um fazia pra si. Cada um fazia dentro de suas casas, cada um fazia nas suas casas. E assim ia vivendo antigamente. Agora não, agora [...] cada um faz no galpão. Hoje em dia não. Antigamente não. Cada um tinha sua casa pra fazer suas panelas. Eu acho que assim era melhor do que hoje que tão vivendo no galpão. Acho que antigamente era muito melhor. Cada um vivia a sua vida e vivia tranqüilo.

Margarida \_ É que antigamente nois era reunida né. Uma ajudava a outra. Ia à casa de um, na casa de otra, ajudá uma, ajudá otra. E hoje em dia não, hoje em dia num tem mais nada, nada. Num tem mais nada.

### **O barro não acaba. O barro brota:**

Conceição \_ Num acaba mesmo não. Num acaba. Num sei nem quantos anos, num sei se é quatrocentos anos que tem esse barro ali. Num sei. Mas num acaba mesmo não [...] Mas num acaba não, sabe por quê? Porque antes de Dona menininha que a dona do terreno que era, agora já vendeu pra outros donos. A minha mãe, quando eu num entendia, a minha mãe já era paneleira a muito tempo. A minha vó, mãe dela, a minha vó, a mãe do meu pai já era tudo velhinha quando eu nasci já, quando nasci, já era tudo

velhinha já. Quando a gente ia no barro, tirô o barro hoje, cavava o buraco, pode deixá aberto lá, mas se você na frente cavá otro buraco, você vai achar barro. Se você vinhé cá tirá onde eles já tiraram, você tira o barro. Num acaba não, não acaba. Aquele barro não vai acaba não.

Domingas \_ Não. Nunca fala... Nunca vi falá isso não. Nunca vi falá que barro nascia. Eu sei que esse barro é assim, nunca acaba. Nunca. Desde que eu... eu já tô com oitenta nove ano, oitenta e nove, qué dizê, esse barrero continua tirando barro. Agora é isso ai. Essa meu filho, não sei ti explicar. É, você vê que até hoje tem muita coisa, ele tá nascendo. Você vê que desde desse tempo eles vão pro barrero tirá barro.

### **Como está o barreiro hoje**

Conceição \_ Mas hoje não, hoje se você fosse lá você num ia nem aceitá. Tá uma bagunça. [...] Danaram a botá entulho, entulho de negócio de mangue. Pegá as caçamba lá, asfalto jogava lá. Tô reclamando, o barrero tà uma imundíci. E pelo jeito que a gente tá comprando agora, a gente vê que num é mais como ele [marido] ia lá. Porque vai lá, cava uma roda. Agora já tem já cavado lá buracão assim. Quando eu ia tava tudo esburacado, agora imagina agora que tem mais de dez anos que eu num vô lá. Imagina como num tá isso agora. Na época de chuva que eles vão tirá barro, o carro num entra lá, tudo cheio de buraco, tudo esburacado. Eles com medo do carro cair num buraco daqueles. Tá tudo descafiado, eles cortaram a área toda, os pés de manga que tinha lá mataram na raiz os pés de fruta. Mas eles num tirá barro com reipeito.

Margarida \_ Agora tá uma zona lá. Tá tudo aberto, tudo estragado lá, tá tudo estragado. Sinhô vai no barrero, sinhô num conhece o barrero. É chei de buraco, cada um buracão. Se cai um ali dentro morre, se daqui que vai tirá, socorrê pra pegá a pessoa, ainda mais chei d'agua. Aquela área do barrero é muito boa, mas agora tá muito ruim. Minha menina mesmo não pode i no barrero tirar barro, Ela tem problema de vista. Eles cava de um lado, cava do outro num tem onde passá. Ai ela cai dentro do buraco. Ai já era.

### **A Associação das paneleiras**

Conceição \_ [...] E hoje tá assim, eles inventaram essa Associação. No começa tava muito bem. Marinete era a presidente, depois chegou data de ter outra eleição tá outra presidente foi a Marinete, a irmã dela, depois foi a Ceni, a prima dela. E hoje. Naquela época da Marinete até Berenici, a Associação ajudava. Dava sacola, dava receita, nois que era associado pagava o dinheiro que tinha que pagá e nisso vinha cinqüenta sacola, cinqüenta receita, de um tempo pra cá tem o pessoal mais novo ai. Eu não sei o que tá acontecendo, porque eu sou associada mais eu num vou lá, até reunião mesmo que tem eu num vou mais não porque não dá certo.

[...] A Associação não tem nada. Não tem nada. A diretoria das paneleiras num tem nada. Num sabe agir assim direito. Hoje ali eles levam tudo a rolé. Não tão me incomodando. Na época que eles fizeram o galpão lá. O Hermes Laranja fez um sorteio pra dá umas casinhas dentro do galpão, ia ser nove casinhas ali dentro do galpão. Mas meu marido era sistemático ele nunca gostou que a gente si misturasse sabe? Ele fez isso aqui que era pra nois trabalhar aqui eu e meus filhos.

[...] Então eles são tudo parente. Só que a primeira presidente que não tinha ainda essa Associação, foi Meuchiade, a primeira presidente, mas ela fazia as coisas certinho, num era desorganizado como ta agora não, que ta virando bagunça. Ela foi a primeira presidente e eu pago mensalidade dès de quando ela era presidente[...]

Domingas \_ Olha eu paguei a Associação. Paguei a Associação. Paguei quase sete anos ou mais. Todo mês eu mandava minha filha lá. Quem era a diretora lá eu nem me lembro mais. Eu me desliguei da associação. Eu sei que dá sete ou oito anos que eu paguei a Associação. Ai eu falei sabe de uma coisa num vou pagá mais não. Porque eu acho assim, a gente paga, então agente tem que ter o barro de graça, a lenha de graça, a tinta de graça. Se a gente pagá eles tão fazendo o quê? Fala sério. Então, mas isso eu nunca tive de graça, nem tinta, nem barro, nem lenha. Tudo eu comprava e eu pagava a Associação. Agora pra que eu não sei. Num me pergunte, eu não sei te dizer

### **Identificação de categorias**

Ao analisar esse conjunto de respostas das entrevistadas percebi e identifiquei algumas categorias ainda usadas como:

Paneleiras - Todas as mulheres que produziam panelas. Todas as paneleiras executavam todas as etapas da produção precisando, às vezes, da ajuda masculina para executar a queima.

Freguês/comprador externo – Pessoas que encomendavam às paneleiras certas quantidades de peças ou compravam diretamente com elas em Goiabeiras.

Canoeiro que tira a casca do manguê vermelho – Geralmente um homem que coletava as cascas do manguê vermelho para obtenção da tinta (tanino) e vendia para as paneleiras.

E outras em desuso:

Carroceiro – Geralmente era um homem contratado ou não que no barreiro transportava as bolas de barro até o porto para serem postas nas canoas

Canoeiro que transporta o barro – Homens ou mulheres que sabiam nadar e remar. Transportavam as bolas de barro do porto de Mulembá até o porto de Goiabeiras.

Canoeiros que transportavam panelas – Homens que compravam panelas em Goiabeiras e revendiam no mercado da Vila Rubim, nas lojas do centro de Vitória ou em Santa Tereza na região serrana do Estado. Também poderiam ser maridos, filhos ou algum outro com laço de parentescos que levava a produção dos seus entes para vender em outros mercados.

A divisão social do trabalho consistia da seguinte forma:

As mulheres e crianças retiravam e faziam as bolas de barro, transportavam o barro de canoa e produziam as panelas. Os homens conduziam as carroças; faziam o transporte do barro de canoas; retiravam a casca do manguê vermelho para fazer a tinta (tanino);

transportavam as panelas para serem vendidas no mercado da Vila Rubim ou em outros mercados dentro do Estado.

## CONSTATAÇÕES

- As memórias do ofício e do lugar estão muito vivas no seio da comunidade das paneleiras;
- A tradição de fazer panelas de barro é repassada de geração para geração dentro do universo do parentesco, de avós pra filias, de mães para filhas, de filhas para netas e de sogra para nora;
- Havia uma união entre as paneleiras independente do parentesco que possibilitava a cooperação mutua;
- As panelas de barro de Goiabeiras, dès do começo do século XX são produzidas para, também, serem vendidas, principalmente, nos mercado de Guarapari, Santa Tereza, Vila Rubim e de Vitória. E esta atividade sempre foi importante pra compor a renda familiar;
- Os homens sempre estiveram próximos as mulheres para ajudarem em algumas tarefas da produção. Mas a confecção das panelas era de responsabilidade das mulheres dès da extração do barro até a queima;
- O termo paneleiras de fundo de quintal surgiu após a estruturação do galpão que abriga a Associação do grupo e é local de fabricação e venda das panelas de algumas artesãs;
- A organização da Associação é motivo de reclamação e de conflito entre as paneleiras que atuam no galpão e as que trabalham em casa;
- O grupa acredita que o barro não vai acabar porque ele brota do fundo do solo;

– A área onde se encontra a jazida de argila utilizada está, nas palavras de algumas paneleiras, uma bagunça, com buracos enormes que oferecem risco a que o freqüente e barro já não é tão bom como antes.

## CONSTRUÇÃO APOSTERIORE

Quando eu fui contratado pelo PROMOART para trabalhar no pólo Cerâmico de Goiabeiras, eu tinha, apenas, a idéia vaga de que panelas de barro eram as panelas próprias para cozinhar frutos do mar ou fazer feijoada. O máximo de conhecimento que eu tinha, era que se tratava de um “bem” da cultura do Estado do Espírito Santo que havia sido reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

Essa idéia vaga começou a dar lugar à compreensão do real tamanho do objeto, que eu iria trabalhar, já nos estudos de materiais bibliográficos que fiz antes de chegar ao campo. Porém, eu, ainda, estava preso ao mercantilismo cujo empreendedorismo turístico remete a produção de panelas colocando quem às produz – as paneleiras – em segundo plano.

Ao conhecer o grupo de ceramistas que atuam no galpão – um espaço onde se produz panelas e funciona a sede da Associação das Paneleiras – pode perceber que, atualmente, a lógica do mercantilismo é forte, como eu havia imaginado. Todavia, nas conversas que foram se sucedendo com algumas artesãs, pode perceber que nem sempre foi assim. Embora a produção de panelas de barro, há muito tempo, seja voltada para o comércio, não havia a preocupação de ter que abastecer o mercado, não havia a obrigação da produção, produzir e vender eram ações que ocorriam sem a interferência de agentes publicitários e/ou da indústria turística.

Saí do campo com o entendimento de que as paneleiras e artesãos de Goiabeiras Velha produzem mais do que panelas de barro usadas como símbolos representativo da cultura do Estado do Espírito Santo. Eles produzem tradição e re-significam a cultura; transmitido os saberes às novas gerações, preservam e mantêm sempre atualizada a forma de fazer o utensílio domestico e transformam o saber fazer em um patrimônio do grupo reconhecido como sendo de todo um país.

## Anexo 4

Decreto nº 3.551, de 04 de Agosto de 2000

Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo deste artigo.

Art. 2º. São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis.

Art. 3º. As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º Ultimada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data da publicação do parecer.

Art. 4º. O processo de registro, já instuído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Art. 5º. Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do art. 1º deste Decreto.

Art. 6º. Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção.

Art. 7º. O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Art. 8º. Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Weffort

PROCESSO DE REGISTRO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL “OFÍCIO DAS  
PANELEIRAS DE GOIABEIRAS”

Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural / IPHAN Processo 01450.000672/2002-50

Parecer

Este é o primeiro processo relativo ao Registro de Patrimônio Imaterial a vir à decisão deste Conselho Consultivo. Trata-se, portanto, de ocasião eminente, revestida de caráter ritual, como soem ser as primeiras ocorrências dos atos humanos socialmente relevantes. Essa eminência é certamente devida ao aspecto mais geral de ampliação do conceito de patrimônio cultural de nosso País – e tudo o que toca a dimensão crucial da identidade nacional deve merecer particular reverência de todos e cada um dos cidadãos. É também, mais circunstancialmente, eminente no contexto político-administrativo, uma vez que coroa esforços persistentes da atual gestão do Ministério da Cultura e do Iphan de levar a bom termo a aplicação dos preceitos constitucionais de 1988 relativos ao patrimônio cultural nacional. É eminente, por fim, em função das circunstâncias internacionais que têm levado a Unesco a se dedicar sempre mais denodadamente à promoção do conceito de *patrimônio imaterial* e a proclamar, inclusive, este ano de 2002 como o Ano para o *Patrimônio Cultural*.

A ocasião é propícia, assim, para que se evoque – ainda que sumariamente – algumas das circunstâncias e parâmetros que balizam as nossas possibilidades de decisão no caso específico em questão.

A legislação nacional a respeito do *patrimônio imaterial* foi ensejada pelo texto da atual Constituição Federal e se cristalizou na legislação ordinária por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Esse diploma legal representava a culminação de numerosas iniciativas desencadeadas no âmbito do Ministério da Cultura visando a definir uma nova instituição componente da política de patrimônio cultural nacional.

Essa nova instituição pode ter sua história contemporânea retrçada a uma grossa meada de atos premonitórios, precedentes ou preparatórios. Nos diversos documentos oficiais que hoje constituem a memória da criação desse mecanismo, evoca-se eventos nacionais e internacionais (cf. sobre tudo, MinC, 2000 e Londres, 2002). Na primeira série, registra-se o anteprojeto elaborado por Mario de Andrade para a criação do Iphan, em 1936, que previa o acolhimento das expressões populares na atenção ao processo de formação da identidade cultural nacional. E, a partir daí, a criação da Comissão Nacional do Folclore em 1947, de onde se originaria, nos anos 1960, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, hoje na Funarte; a própria Constituição Federal de 1988 (que trata da matéria em seus artigos 215 e 216); o Seminário promovido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia em 1989 sobre um *registro especial* de patrimônio; o Seminário Internacional sobre o Patrimônio Imaterial realizado por convocação do Iphan em 1997, e – finalmente – a constituição de uma Comissão no âmbito do Iphan para apresentar proposta de regulamentação da matéria, em 1998, acompanhada da criação de um Grupo de Trabalho de apoio técnico ao trabalho de regulamentação (o GTPI/ Iphan).

Na série internacional, trata-se de evocar, sobretudo, as iniciativas oriundas da Unesco, tais como a Convenção sobre Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972; a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, de 1989; a Proclamação das 19 Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade, 2001; e a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, de 2001. Também a Carta de Veneza, de 1964, pode ser inserida nesse contexto internacional favorecedor de uma maior atenção formal aos componentes vivos, processuais, da identidade e do patrimônio culturais.

Não se pode deixar de evocar que as duas séries se encontraram, inclusive, ritualmente, no Rio de Janeiro, em janeiro deste ano, com a realização da *Reunião Internacional sobre o patrimônio cultural imaterial: o papel da Unesco e os domínios de ação prioritários*, em que teve particular preeminência a discussão da experiência brasileira a respeito (cf. Matsuura, 2002).

Diversos desafios se apresentaram no processo de institucionalização da matéria. Vários deles foram de natureza conceitual. O primeiro se expressava na própria hesitação terminológica envolvida: patrimônio intangível, tradicional, popular, oral, imaterial etc. Tratava-se propriamente da dificuldade de uma definição mais precisa para as fronteiras e características distintivas do novo instituto, mesmo quando se tinha uma quase absoluta concordância quanto à necessidade *patrimônio* de incluir no conceito de algo mais além do tradicional *monumento de pedra e cal*.

O segundo embaraço se apresentava quanto à forma de salvaguarda a instituir no caso de processos sócio-culturais vivos, ativos, dinamicamente distintos dos *monumentos nacionais*.

O terceiro embaraço era constituído pela definição da autoridade legítima para a proposição do processo de *registro*. Discutiui-se amplamente a conveniência de acolher propostas provenientes de pessoas físicas, tanto quanto de pessoas jurídicas.

O quarto embaraço se configurava no tocante às formas de articulação de uma eventual salvaguarda de práticas sociais ou *monumentos vivos* com a lógica do mercado capitalista hegemônico nas sociedades modernas, particularmente sob a forma de *propriedade intelectual* direitos de dotados de valor de troca.

Dos quatro, apenas o segundo e o terceiro puderam ser até agora definidos plenamente no formato jurídico e administrativo adotado pelo Estado brasileiro para a regulação da matéria. Decidiu-se, em primeiro lugar, adotar uma linha de salvaguarda de cunho diverso do que se aplica ao patrimônio material, enfatizando-se *o registro* (no lugar do tradicional *tombamento*), com concomitantes dimensões de *inventário, documentação, apoio financeiro, difusão do conhecimento e proteção à propriedade intelectual* (MinC, 2000:13).

Em segundo lugar, decidiu-se reservar a iniciativa de apresentação de propostas às pessoas jurídicas (governamentais ou civis), no intuito de sublinhar a dimensão imediatamente coletiva dos interesses sociais investidos nas práticas a *registrar*.

No tocante ao primeiro embaraço, decidiu-se privilegiar na legislação, sobre todas as demais, certamente por boas razões, a *imaterial* e cometer à expressão experiência

mesma de sua aplicação ao fluxo da vida social a melhor e paulatina definição das fronteiras conceituais. Isso não se fez sem considerável esforço de aproximação de definições sistemáticas, refletido, sobretudo, na categorização de quatro Livros para esses registros: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares. Como o Decreto instituinte prevê, porém, a possibilidade de abertura de outros livros, percebe-se o quanto a matéria dependerá do contínuo engenho e arte dos técnicos do Iphan e dos integrantes do Conselho Consultivo ao tomarem suas decisões.

O terceiro embaraço também teve sua definição – declaradamente – adiada para o período e as condições de atualização do instituto na vida real, dadas as dificuldades decorrentes da imbricação da matéria no horizonte jurídico-político contemporâneo mais amplo: o da regulação das novas frentes de direitos coletivos emergentes. A matéria é lindeira dos novos direitos ao patrimônio genético e importa em decisões nacionais inextricáveis das condições internacionais em que vêm se estabelecendo – com grandes tensões – essas novas relações, não-convencionais, entre mercado e propriedade.

Dada a novidade e complexidade do assunto, discutido em diversas reuniões do Conselho Consultivo, decidiu-se trabalhar com grande *prudência*, sobre algumas poucas propostas iniciais, cujos processos seriam instruídos exaustivamente, de acordo com o manual em vigor, em caráter mais claramente experimental do que é habitual em procedimentos administrativos desse tipo. Os interessados nas nuances da matéria poderão sempre se beneficiar da leitura das atas deste Conselho, mormente as das sessões de 16 de agosto de 2001 e de 23 de novembro de 2001.

É nessas condições que se apresenta à discussão a presente proposta, inicialmente subscrita pela Associação das Paneleiras de Goiabeiras, de Vitória/ES, em 8 de março de 2001. O processo circulou inicialmente como o Dossiê de Estudos R. 01/01, tendo em 16 de outubro deste ano tomado o número em epígrafe.

Trata-se, do ponto de vista formal, de um processo extremamente bem documentado, cobrindo numerosos aspectos do fenômeno social em exame, o que mostra – já em si – o acerto da imbricação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) com o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. História, fotografia, vídeos, bibliografia, *cd-roms*, todos os plantas, recursos técnicos de documentação estão aí combinados com os tradicionais pareceres técnicos da equipe do Iphan, sempre precisos e instrutivos.

Do ponto de vista substantivo, pouco poderia acrescentar à excelente argumentação desenvolvida no processo. Como diz o *aviso* oficial do Iphan: “Trata-se de prática artesanal enraizada na localidade denominada Goiabeiras Velha, área do bairro de Goiabeiras, situada na parte continental norte do município de Vitória, à beira do canal que banha o manguezal e circunda a Ilha de Vitória/ES, que utiliza apenas matérias-primas existentes nas proximidades. A produção das panelas de Goiabeiras é parte de uma realidade eco-sócio-cultural construída historicamente pelos sucessivos grupos sociais que vêm ocupando aquela localidade, em suas relações de troca com o meio natural e com a sociedade envolvente. A panela de barro de Goiabeiras é modelada manualmente, queimada a baixa temperatura em fogueira a céu aberto e tingida com tintura de tanino. Em sua confecção é utilizado o barro de uma única jazida existente no Vale do Mulembá, localizado no noroeste da Ilha de Vitória. A tintura é extraída da casca da *Rhizophora mangle*, espécie nativa do manguezal que margeia a localidade.

Originalmente compondo o cotidiano de aldeia indígena, posteriormente apropriada por descendentes dos colonos e escravos que se fixaram na localidade, recentemente assumida como um ofício e meio de vida por famílias de Goiabeiras e finalmente reconhecida pela população capixaba como traço da identidade de sua cultura, a produção das panelas de barro guarda suas características originais praticamente inalteradas ao longo desse processo de sucessivas apropriações: o emprego de matérias primas sempre das mesmas procedências, a adoção dos mesmos procedimentos de trabalho e o uso de instrumentos rudimentares, obtidos ou confeccionados pelas próprias artesãs.”

Temos aí, como se vê, as principais características que se poderia esperar de um sistema de saberes práticos tradicionais com qualidades de um patrimônio nacional. Por um lado, os traços básicos da tradição: longo enraizamento nas práticas das populações locais (é interessante citar, entre tantos outros sinais, a referência de Saint-Hilaire, em 1815), dependência e interação com os ecossistemas locais, forma de reprodução não-letuada ou não-erudita, reconhecimento coletivo *tradição*. Por outro, os traços como da representatividade cultural nacional: emblema explícito de uma comunidade cultural componente da formação nacional, como é a identidade capixaba, ou do Estado do Espírito Santo; símbolo – pelas suas características técnicas – da inter-relação entre as culturas nativas do atual território brasileiro e as culturas do Estado nacional criado pela colonização portuguesa com os aportes de migrantes africanos, asiáticos e de outros países europeus. Acresce-se à *registro* desse ofício o conveniência do fato de estar no cerne de uma série bastante complexa de fenômenos culturais e identitários importantes para o segmento capixaba da formação nacional: culinária, ecologia, música, dança, e – porquê não incluir aqui? – movimento social.

Prática social viva, ativa, produtiva; integrada e representativa, sim, como tantas outras. Mas também enraizada no mundo popular e na memória do passado coletivo e – como tal – instrumental para o permanente e complexo trabalho da identidade nacional. Muito consciente como sou – por dever de ofício – das condições em que se formulam as ideologias identitárias em nossa cultura ocidental moderna, não posso deixar de observar que – para além de todas essas características – o que torna esse bem tão tipicamente digno do *registro* como *patrimônio cultural imaterial* é o fato de estar animado de um espírito oposto ao das formas hegemônicas do poder, político, econômico ou ideológico. Como bons herdeiros do Romantismo, atribuímos uma particular força de vida aos fenômenos sociais que parecem se reproduzir independentemente das necessidades canônicas da reprodução do Estado, da produção mercantil-industrial-fabril e da produção intelectual erudita. O ofício das paneleiras de Goiabeiras pode suscitar o patrocínio dos poderes locais (o que já ocorreu) ou pode suscitar a produção de uma notável massa de textos acadêmicos (inclusive teses universitárias, constantes do processo). Ele também não se desenvolve fora do mercado: todo um sistema de circulação já está a vinculá-lo com uma cada vez mais vasta clientela consumidora. Ele retira, no entanto, de sua marginalidade em relação a esses sistemas dominantes ou oficiais justamente o atrativo para neles encontrar o seu nicho. É legítimo e interessante por ser *privado*; é legítimo e interessante por ser *artesanal*; é legítimo e interessante por ser *popular*. E é bom que seja assim. Esse é o nosso melhor mecanismo de avivamento dos valores: o que contempla e eventualmente premia contrapesos dinâmicos às forças centrais, massificadoras e desvitalizantes, de nosso processo civilizatório. Não será bom se este Conselho não estiver, porém, sempre muito consciente – ao julgar tais processos – de que estará ao serviço de uma ideologia como

qualquer outra – essa, hoje oportuna, do valor das coisas privadas, artesanais e populares – e desmerecer da consideração e guarda do patrimônio hegemônico *material*, que fornece e mantém o *corpo* que o *espírito* do patrimônio *imaterial* vivifica.

**É, portanto, por todos os motivos arrolados que proponho o registro do Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, Vitória, Espírito Santo, como bem cultural de natureza imaterial, a ser inscrito no Livro dos Saberes instituído no Iphan, com o conseqüente direito ao título de Patrimônio Cultural do Brasil.**

É minha obrigação registrar a ocorrência de um pequeno problema administrativo neste processo; felizmente, a meu ver, reparável. Decorre dos termos estritos do Decreto instituinte do Programa de que ora nos ocupamos. O parecer técnico final foi publicado no Diário Oficial de 23 de outubro último, não tendo assim transcorrido, portanto (hoje, ainda) os 30 dias para “eventuais manifestações sobre o registro”, previstos no parágrafo 5º do mesmo artigo 3º. Sugiro que o Conselho tome sua decisão sobre a matéria nesta mesma reunião, apesar de faltarem três dias para o cumprimento pleno do prazo, comprometendo-se a revê-la oportunamente caso ainda dê entrada no Iphan alguma das *manifestações* previstas no Decreto – o que parece na verdade pouco provável.

Em função ainda do caráter inauguratório deste parecer, considero-me obrigado, finalmente, a aproveitar a oportunidade para evocar algumas das condições mais gerais que este Conselho Consultivo tem discutido e gostaria de ver – acredito – acompanhar a eventual aprovação deste parecer e o desencadeamento pleno do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Em primeiro lugar, será necessário que se dê efetivamente a **máxima publicidade** a todo o processo (inclusive nos meios eletrônicos), de modo a permitir a desejada divulgação dos entes culturais registrados e – ao mesmo tempo – o compartilhamento da experiência político-administrativa contida nos atos decisórios ora desencadeados.

Será necessário organizar e **observação continuada** permitir a do funcionamento dos processos sociais afetados pelo Registro não apenas para o reexame decenal previsto pela legislação, mas para uma avaliação mais fina e periódica das implicações das decisões deste Conselho, em função dessa necessidade de uma “definição gradativa dos critérios” – como se referiu, no trato do assunto, Célia Corsino – ou dessa “jurisprudência consensual” a que se referiu no plenário do Conselho o Professor Joaquim Falcão. Para atingir tal fim, não se poderia esperar por **avaliações decenais**. Proponho que o Iphan se habilite a apresentar ao Conselho Consultivo relatórios bienais que permitam ao Conselho avaliar os rumos de seu trabalho.

Deveriam fazer parte da pauta dessas **avaliações bienais** de caráter meramente informativo, por um lado, a atenção aos possíveis e eventuais efeitos negativos do Registro, do ponto de vista de apropriações mercantis descabidas *autenticidade*, por da conotação de exemplo. As implicações do uso (ou não) da *propriedade intelectual* coletiva ou individual eventualmente envolvida nas práticas cobertas pelo Registro deveriam merecer uma particular atenção, dada a imprecisão que ainda cerca a matéria – crítica por excelência.

É claro que deveriam fazer parte da pauta também as informações sobre o funcionamento do próprio **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**, em tudo o que ele promete de *referenciamento e valorização* dos entes beneficiados.

Os efeitos benéficos desse Programa jamais poderão se fazer sentir evidentemente se o Iphan não estiver aparelhado financeira e profissionalmente para colocá-lo em funcionamento. O Conselho Consultivo deveria estar permanentemente ao corrente dessas condições para poder julgar com pleno conhecimento de causa do caráter estrutural ou conjuntural daquela ação dos eventuais maus resultados. No que toca as condições profissionais, deve-se pensar certamente no apoio e reforço dos quadros próprios do Instituto, mas não se pode descartar a conveniência de uma parceria mais sistemática com as instituições profissionais e acadêmicas competentes para esses assuntos. Emergem do processo em pauta referências a trabalho conjunto feito com o Centro e a Coordenação de Folclore e Cultura Popular da Funarte, o que é muito bem-vindo. Lembro particularmente a minha área de trabalho, a antropologia, dada a contigüidade de seus interesses com os do Programa (o que é certamente provado pelo grande número de contribuições de profissionais dessa disciplina ouvidos no processo de estabelecimento da política do patrimônio imaterial). É mesmo possível augurar uma aproximação formal, nesse sentido, com a **Associação Brasileira de Antropologia** (ABA), instituição de absoluta legitimidade nesse campo. Mas é claro que muita competência de outras áreas, como a da história ou da arquivologia, será necessária para o melhor desempenho das funções agregadas ao *registro*.

Entre as condições materiais necessárias à plena consecução de tantas boas intenções a que hoje damos uma chancela ritual encontra-se um ponto repetidamente discutido no Conselho Consultivo (sobretudo por instigação de Thomas Farkas): a eficiência da política de preservação aplicada à documentação recolhida ou produzida no inventário e na identificação. Seria profundamente desconcertante que essa nova e promissora iniciativa seguisse o rumo da grande maioria dos arquivos e acervos públicos brasileiros, atormentados pela incúria administrativa ou pela continuada escassez de recursos – o que os vota a uma certa e irreparável destruição. Algum entrosamento com o Arquivo Nacional, que acaba de inaugurar auspiciosamente sua nova sede restaurada, no Campo de Santana, seria talvez instrumental para um planejamento profissional de longo alcance.

Creio ser necessário, por fim, insistir em dois pontos que já foram levantados nas reuniões deste Conselho anteriormente e que poderiam vir a merecer a acolhida da Presidência. O primeiro consiste em colocar o Conselho Consultivo permanentemente a par das características do fluxo de demanda a este novo Programa, de modo que ele possa perceber os contornos maiores do processo para o qual se lhe pede seus abalizados juízos pontuais. O segundo consiste em organizar o ritmo das reuniões e a densidade de suas pautas de tal forma que o Conselho Consultivo disponha do tempo necessário para discutir em profundidade as implicações de sua ação na política do patrimônio cultural nacional (agora enriquecido do *patrimônio imaterial*) e não apenas – como tem quase sempre feito – ater-se a aprovar os pareceres relativos a processos específicos.

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 2002

Luiz Fernando Dias Duarte